

Princípios

Revista teórica, política e de informação

Abril/85 - Cr\$ 6.000

**A ATUALIDADE
DA
ASSEMBLÉIA
CONSTITUINTE**

**AVANÇOS
DA
LUTA DA
MULHER**



**SOBRE A POESIA DE
CIRCUNSTÂNCIAS**

EDITORA ANITA GARIBALDI

10

ÍNDICE

Ensino Valioso.....	3
A Atualidade da Assembléia Constituinte	
João Amazonas	4
O Socialismo na Albânia	
Foto Çami.....	10
China — O Socialismo Que Não Houve	
Luís Fernandes	15
Avanços e Perspectivas da Luta da Mulher	
Depoimentos de Ruth Escobar, Sílvia Pimentel, Alda M. Antônio, Ana Rocha, Jô Moraes, Amélia Teles e Maria do Socorro.....	21
Crise e Condições de Saúde no Brasil	
Luiz Roberto de Oliveira Antônio Luiz Caldas Jr.....	29
Bóias-Frias — Nova Força em Ascensão na Luta do Campo	
Adelina Bracco.....	37
Reflexões Sobre a Moral Proletária	
Kalinin.....	43
A Revolta dos Malês	
Manoel Antônio Santos Neto....	49
Sobre a Poesia de Circunstâncias	
Paul Eluard.....	55

Capa: Os Emigrantes
Lasar Segall

A ATUALIDADE DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

Análise de João Amazonas sobre o caráter da reivindicação pela reconstitucionalização democrática do país, que dá margem à eclosão de um movimento popular e progressista de envergadura igual à das campanhas pelas Eleições Diretas e pela eleição de Tancredo Neves.

O autor investiga a origem do movimento pela Constituinte, que remonta aos tempos de duros embates contra o regime militar. E identifica sua base objetiva na realidade que viveu e ainda vive o Brasil.

A Constituição é apresentada aqui como necessidade impostergável e a problemática constitucional brasileira é vista sob o prisma da inadiável luta que se inicia nesta fase de transição democrática contra a herança do antigo regime. Destaque especial neste artigo é a parte que trata das tarefas da Assembléia Constituinte a ser eleita em 1986.

Página 4



AVANÇOS E PERSPECTIVAS DA LUTA DA MULHER

Com a opinião de sete mulheres de participação destacada nos movimentos femininos e no conjunto da luta política e social, PRINCÍPIOS abre suas páginas ao debate sobre um tema que ganha destaque cada vez maior. Através dos depoimentos aqui publicados são discutidas questões como: a importância de criar o Conselho Nacional da Condição Feminina, a luta pela aprovação do Estatuto Civil da Mulher, a luta da mulher no período de transição democrática e a perspectiva geral de sua emancipação, o balanço da década da mulher, as formas de organização do

movimento feminino e a participação da mulher operária e popular.

Página 21



CRISE E CONDIÇÕES DE SAÚDE NO BRASIL

Neste artigo, parte de uma pesquisa mais ampla sobre o tema, os autores, membros do núcleo de saúde do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais — CEPS e professores da Faculdade de Medicina de Botucatu (SP), discutem a problemática médica e da saúde pública na sua relação com a estrutura econômica e social, enfatizando a idéia de que os elementos de "ordem natural" (biológica) submetem-se ao contexto social onde vivem os homens e a sua História.

Página 29



SOBRE A POESIA DE CIRCUNSTÂNCIAS

Um belo trabalho do poeta revolucionário francês, que tal como sua poesia reveste-se de valor não apenas histórico "passado", mas de grande atualidade. Seus poemas que cantaram o heroísmo da resistência à besta nazi-fascista são valiosas obras de arte, fonte de inspiração aos embates contemporâneos pela Liberdade e a Justiça Social.

Página 55

Revista teórica, política e de informação abril/1985 Cr\$ 5.000

A revista Princípios é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda — Av. Brigadeiro Luís Antônio, 317, 4º andar, sala 43 — São Paulo — SP — CEP 01317 — Telefone 340689. Jornalista Responsável: João Amazonas Reg. Profissional n.º 1.258 — Fls. 196 — livro 4 — Porto Alegre, em 27/08/1958 — Assinatura (4 números) Cr\$ 22.000 — Para o Exterior US\$ 25. Enviar cheque nominal ou Vale Postal para a Editora Anita Garibaldi Ltda.

Atendemos pelo Reembolso Postal ou mediante o envio de Vale Postal.

Montagem e Impressão — Cia. Editora Joruês

Rua Artur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — CEP 05404 — Telefone 8154999 — São Paulo — SP.



A. Dorgivan

ENSINAMENTO VALIOSO

E lá se foi, apupado pelo povo, condenado pela História, repudiado em toda a parte, o pior regime político que o Brasil já conheceu. Parece incrível que a nação tenha passado tão longo tempo órfã da liberdade, esmagada cruelmente pelas hordas dos novos bárbaros. Insensíveis aos anseios e sentimentos da coletividade, pisotearam tudo quanto era caro aos brasileiros.

Vinte e um anos durou o pesadelo militar, o domínio de generais pretensiosos, arrogantes e incapazes, cada qual julgando-se o melhor de todos os filhos deste país.

Acreditavam na perenidade da sua dominação, que não deixavam por menos: até bem depois do ano 2000... Mas não há noite, hiberna que seja, de duração ilimitada. O dia reaparecerá, como reapareceu, e com ele a alegria de viver, de criar, de mudar, de transformar o mundo que nos rodeia. A luminosidade solar dá a dimensão de tudo. Os que na escuridão se faziam passar por gigantes, mostram-se anões, insignificâncias desprezíveis.

Foi-se o regime da tirania. Mas ficou o rastro de lama e desonra da sua política antipovo, foco pestilento de banditismo, de entreguismo, de corrupção sem limites. Centenas de patriotas e democratas assassinados friamente, milhares, muitos milhares de presos torturados, a nação humilhada. A soberania nacional em leilão. E o festim dos novos ricos,

dos milionários que fraudaram, que roubaram à vontade o dinheiro do erário público. Trágico e doloroso balanço dos vinte e um anos de autoritarismo castrense.

E não haverá "punições". O que passou, passou, repetem os conciliadores. Punição seria revanchismo... E o revanchismo — dizem — não é do feitio dos brasileiros. Assassinos, torturadores, vende-pátria, corruptos, mas intocáveis. A "revolução" de 1964 não pode ir ao banco dos réus. Tudo que fez, fez pelo bem... de uns poucos, em benefício... dos protegidos e afilhados do regime, ávidos de riqueza, de privilégios, de posições vantajosas. E em favor do capital estrangeiro, "amigo" dos seus amigos...

Afinal, de saldo, um ensinamento valioso: golpe de generais é sinônimo de despotismo, de completa falta de respeito aos direitos inalienáveis do povo. A experiência foi dura, mas valeu por seu aspecto negativo. Nunca mais se deve permitir, quaisquer que forem os motivos alegados, a intromissão indevida dos militares na vida política nacional.

Esta terra tem dono, gritavam os patriotas pelejando contra os holandeses em Pernambuco. O dono são os 130 milhões de brasileiros que desejam viver em liberdade, sem a tutela de quem quer que seja, buscando um futuro melhor para a sua pátria.

Aos quartéis, os militares! E que nos deixem em paz!

A ATUALIDADE DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

JOÃO AMAZONAS

A convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte está no centro da preocupação política de largos setores da população. Assim como em 1984 a opinião pública voltou-se para a campanha pelas **diretas-já** e, depois, para a vitória do candidato único das oposições, agora orienta-se no sentido da reconstitucionalização democrática do país. Esta reivindicação dá margem à eclosão de um movimento popular e progressista que poderá alcançar envergadura igual à das duas campanhas anteriores ou ainda maior. Surge com grande potencial mobilizador, permite reforçar a unidade do povo brasileiro e desenvolver a sua educação política.

De onde provém tal movimento? Sua origem remonta aos tempos de duros embates contra a ditadura militar, decorre da realidade que viveu e ainda vive o Brasil.

PAÍS SEM CONSTITUIÇÃO É PAÍS SEM LEI

O golpe de 1964 liquidou a democracia e a

ordem constitucional existentes. No início, manteve formalmente a Carta de 1946, anulada na prática pelos Atos Institucionais. Dois anos depois outorgou outra Constituição talhada nos moldes do figurino autoritário. Em 1969, aparecia a nova Carta Magna, cujos autores, como reza o preâmbulo, eram os ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, na qualidade de membros de uma Junta Militar. Emendada dezenas de vezes para garantir a continuidade do sistema discricionário, subsiste até hoje.

Na verdade, desde a derrocada do governo João Goulart o país não tem Constituição. O que vigora com esse nome é simples arremedo de Lei Básica, uma vez que esta só é autêntica quando emana de uma Assembléia Constituinte eleita pelo sufrágio universal.

No curso destes vinte e um anos, o Poder concentrou-se nas mãos do Executivo, ferreamente manejado pelos generais. O Legislativo e o Judiciário foram mantidos sob controle ri-



Eduardo Simões



goroso do governo. Por várias vezes o Legislativo entrou em recesso forçado, ocasiões em que o general-ditador emitia decretos-leis a seu bel-prazer e até emendava a Constituição. O ex-presidente Geisel chegou a modificar abusivamente a composição do Congresso com a nomeação de senadores biônicos. Quanto ao Judiciário, com juizes submissos aos militares, fez o que convinha aos tirantes.

Tal sistema despótico causou danos irreparáveis ao país. Além de ter contribuído de maneira decisiva ao surgimento da terrível crise social e econômica que assola a nação e de haver hipotecado a soberania nacional aos banqueiros forâneos, estimulou em alto grau a corrupção que envolveu não só protegidos como figuras proeminentes do governo autocrático. Os brasileiros nunca se conformaram com semelhante estado de coisas. Lutaram contra o regime militar em todos os terrenos e conseguiram nas memoráveis jornadas de 1984 derrotá-lo inapelavelmente.

Com a vitória da democracia, é natural que se reclame nova ordenação jurídica do Brasil. Um país sem Constituição é um país sem lei, com o povo sujeito a todos os abusos e violências de governantes reacionários. Vem daí o movimento em prol da Constituinte que obtém forte ressonância e não se limita a postular as conquistas negadas com o golpe de 1964

mas a exigir igualmente uma Constituição moderna, realmente democrática, à altura do momento que vivemos e das lutas que travamos.

A CONSTITUIÇÃO É UMA NECESSIDADE IMPOSTERGÁVEL

Há quem julgue de menor interesse a elaboração do Estatuto Fundamental da nação, apoiado no raciocínio de que, no regime capitalista, a Constituição serve sempre às classes dominantes. Verdade incontestável que não contradiz, porém, o fato real de que a Constituição pode registrar também direitos essenciais dos cidadãos, imprescindíveis ao desenvolvimento da sua luta pela democracia e por transformações radicais da sociedade. A redação de nova Carta Magna é uma necessidade impostergável para dar ao país os fundamentos jurídicos reclamados por milhões de brasileiros.

A Constituição, como elemento básico da organização do Estado, surgiu em tempos remotíssimos: nos séculos VI e V antes da nossa era, na Grécia. Marcou época e mereceu penetrante estudo de Aristóteles. Mas foi somente nos séculos XVII e XVIII que adquiriu notoriedade, quando a burguesia ascendeu ao cenário político como a força principal. A Carta Magna da Inglaterra, produto da denominada Grande Revolução Inglesa de 1648, inicia o

período das modernas Constituições escritas. Vem depois a Norte-Americana em 1787, seguida dos textos constitucionais franceses que começam com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, completados com a Constituição mais avançada dos jacobinos, de 1793. A Constituição Inglesa alcançou repercussão internacional, particularmente por ter revelado que o cumprimento dos direitos constitucionais e o significado do governo democrático residiam na divisão dos poderes. A Norte-Americana teve a primazia de reunir num único documento todos os aspectos políticos gerais do Estado, ainda que a Carta de Direitos somente tivesse vindo à luz dois anos mais tarde, em 1789. As Constituições francesas de 1791 e 1793 firmaram os princípios da soberania nacional e a doutrina da soberania popular. Tais documentos constituem paradigmas da organização jurídica da sociedade contemporânea, conquanto tenham sofrido, na atual época de domínio dos monopólios, alterações restritivas e retrógradas.

Dando forma organizada ao Estado burguês, as Constituições desempenham importante papel. Fixam os parâmetros da ordem constituída, determinam as formas de governo, delimitam as esferas de competência, estabelecem canais de confrontos políticos, definem os direitos e os deveres dos cidadãos, delineiam a organização das diversas forças sociais. Onde não há Constituição, ou existe pseudo-Constituição, impera o despotismo, prevalece o arbítrio.

Sob o regime capitalista, toda Constituição é um Pacto político firmado pelas principais forças da área burguesa, regula as relações no plano político e as inevitáveis contendas entre tais forças. Com o objetivo de facilitar e dar conseqüência ao jogo político dos distintos segmentos das classes dominantes, o Pacto consagra certas normas de conteúdo democrático, como o sufrágio universal, a organização partidária, o direito de reunião e manifestação do pensamento, a competição eleitoral etc. Tais normas podem e devem ser utilizadas pelas camadas populares, em particular pela classe operária, com a finalidade de fortalecer suas organizações e desenvolver a luta por seus direitos. Na medida em que se agrupem e elevem sua consciência político-social, essas camadas passam a exigir o registro no texto constitucional de preceitos que lhes sejam favoráveis, representem conquistas e permitam ampliar o campo de atuação em defesa dos seus legítimos interesses. Não há dúvida que, no regime capitalista, o proletariado e

outros setores oprimidos jamais conseguirão, através de exigências e reformas, mudar o sentido fundamental das Constituições burguesas que é o de assegurar vantagens e privilégios para as classes exploradoras. Somente a transformação socialista da coletividade será capaz de proporcionar uma Carta que reflita a reorganização da sociedade em concordância com a vontade da maioria da população.

A PROBLEMÁTICA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

Com a eleição de Tancredo Neves para o mais alto cargo da República, rompe-se o ciclo dos generais-presidentes, meros ditadores, inimigos da liberdade. Surge um governo de transição democrática, organiza-se o poder Executivo da Nova República. Inegavelmente, há reformulação de rumos políticos. Instala-se um clima democrático na vida nacional. Subsistem, porém, vícios e vezos do antigo regime, haja vista que, no ministério recém-formado, composto de 27 membros, 6 são oficiais-generais. O SNI é mantido e dirigido por um general, tal como na fase da ditadura. O Judiciário não sofreu alteração. E o Legislativo, embora em processo de reajustamento partidário, vem das eleições de 1982 que haviam dado, por meios escusos, maioria aos governantes castrenses. Desse modo, assume particular relevo a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, cuja tarefa é articular nova ordem institucional para o país, democratizando-o.

Que se espera da Assembléia Constituinte? Antes de mais nada, ela precisa ir ao encontro da exigência de mudanças que foi a nota constante e vibrante do grande movimento popular pela liberdade, contra o regime militar. É indispensável modernizar a superestrutura política. Não se poderá avançar sem corrigir as distorções que predominaram por tão longo tempo e atingiram todos os ramos da administração, a vida cultural, os mecanismos que regulam as relações entre governantes e governados.

Adquire particular importância na nova Carta a delimitação precisa dos poderes da República. Se bem que todos os textos constitucionais brasileiros falem em independência e harmonia dos poderes, tal afirmativa não teve aplicação efetiva. O sistema presidencialista adotado desde 1891, sem falar nos períodos ditatoriais que não foram poucos, reforçou tremendamente o Executivo, estimulou os abusos do poder pessoal ou de grupo. O Le-



Agência Estado

gislativo e o Judiciário jamais foram responsáveis na mesma medida do Executivo pela condução da coisa pública, não jogaram o papel que lhes competia de defensores eficazes dos princípios constitucionais. Assim, faz-se necessário encontrar formas de coordenação da atividade e do funcionamento dos três poderes. O parlamentarismo poderia, em certa medida, ser fator de equilíbrio no asseguramento dessa coordenação e servir de anteparo ao autoritarismo presidencial. Mas, neste particular, impõe-se igualmente reforçar o Legislativo com medidas que garantam o melhoramento da composição político-social do Congresso — hoje preponderantemente reduto de setores reacionários — com a democratização do voto que deve incluir analfabetos, soldados e marinheiros, e com a representação, sem discriminações ideológicas, de todas as correntes de opinião. Por sua vez, há que modificar o sistema de indicação dos juizes que deve deixar de ser prerrogativa do presidente da República. As Constituições nem sempre assinalam a forma de indicação dos juizes, circunstância que tem enorme significado para garantir a independência desse poder. Nos Estados Unidos, embora na escolha pesem vários fatores negativos, os juizes são nomeados por meio de eleições populares; na França, a indicação se dá mediante concurso julgado por magistrados, professores de direito e legisladores de renome. Evidentemente, a separação dos poderes por si só não traz a garantia

do respeito aos direitos fundamentais do cidadão e às liberdades democráticas. Contudo, dificulta o despotismo governamental. Os legisladores e juizes pertencem em proporções consideráveis às classes retrógradas; muitas vezes legislam e interpretam as leis atendo-se a concepções reacionárias e mesmo obscurantistas.

Ressalta também, como tarefa dos futuros constituintes, a definição do verdadeiro papel das Forças Armadas e, em relação com isso, a erradicação do militarismo, que precisa ser varrido da vida nacional. É uma excrescência perigosa decorrente do atraso político do Brasil, sério obstáculo ao progresso democrático porque violador constante das normas reedoras do convívio social. Não existe no terreno sociológico e no campo político justificativa alguma para a intromissão dos militares nos negócios públicos, na administração civil do país. O militarismo traz a marca do autoritarismo, sobrepõe-se à vontade da nação. Queiramos ou não, acaba constituindo-se num superpoder, espécie de autocracia fardada sem a aprovação da qual nada de importante pode ser feito. Perdurando essa aberração política, os governos oriundos da consulta e do apoio popular são forçados a dirigir o país de olhos voltados para os quartéis, submetendo suas decisões a cada passo, e em primeiro lugar, à concordância dos elementos estranhos à democracia que são os altos comandos da instituição militar. Ainda que não se

deva confundir militarismo com Força Armada, posto que o militarismo é uma tendência política, há relação direta entre os dois. Por isso, precisa-se definir na Constituição, em termos muito claros, a função das Forças Armadas que não pode ser, segundo se lê no texto da Carta em vigor, a de “executora da política de segurança nacional e de garantia dos poderes constituídos, da ordem e da lei.” Invertem-se aqui os termos do problema: os poderes constituídos aparecem como o elemento subordinado e as Armas como o fator de primeiro plano. Quem traça e executa a política de segurança nacional e garante os poderes constituídos, a ordem e a lei é o governo em estreita colaboração com os demais poderes, e não as Forças Armadas. Estas, se for o caso, podem ser mobilizadas pelo governo, mas somente em circunstâncias extraordinárias. Jamais intervirão no plano interno para contestar por conta própria a orientação ou as decisões dos órgãos superiores da União. A atribuída defesa dos poderes constituídos, da ordem e da lei pelas Forças Armadas tem sido pretexto para a intervenção militar na vida política do país, para os golpes ou ameaças de golpe que se repetem freqüentemente.

Significado especial no preparo da Carta Magna tem a formulação dos direitos e liberdades dos cidadãos. Trata-se de redigir, sem subterfúgios, preceitos que assegurem efetivamente a democracia. Nas diversas Constituições brasileiras aparece sempre cada enunciado concernente à liberdade acompanhado de restrições ou ameaças ao uso dessa liberdade. Na Carta de 1946 declara-se que “é livre a manifestação do pensamento (...) a publicação de livros e periódicos”, acrescentando, porém, “não ser tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe”, cujo sentido, de dúvida interpretação, é anular a afirmação anterior, servindo de justificativa a investidas coibidoras das liberdades. Diz-se também ser “garantida a liberdade de associação para fins lícitos” logo seguido do adendo: “É vedado a organização, o registro ou funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem”, dispositivo utilizado pela Justiça Eleitoral, em 1947, para cassar (contrariando o regime democrático) o registro do PC do Brasil. A liberdade de associação, de manifestação do pensamento, de reunião, o direito de greve etc. são preceitos constitucionais auto-aplicá-



Marcos Andrade

veis. Nenhuma lei pode contrariá-los na sua essência. Proclamar que o sufrágio universal, direto, secreto e proporcional é um direito da cidadania e excluir desse direito os analfabetos, considerável parcela da população, significa mutilar a democracia. Condicionar a existência e o funcionamento de partidos políticos ao acatamento de pretensos regimes democráticos e à garantia de direitos fundamentais do homem nunca respeitados pelos governantes é desfazer ou zombar da inteligência dos cidadãos. “A defesa da democracia, na realidade, não se alcança com os atos de manifesta negação de seus princípios”, afirmou, com muita propriedade, o ministro Ribeiro da Costa, antigo ministro do Superior Tribunal Eleitoral, votando contra a ilegalização do partido dos comunistas. Fixando em lei os direitos fundamentais dos cidadãos, impõe-se, para o efetivo cumprimento desses direitos, cominar severas penas às autoridades que os violarem, transgredindo a Constituição.

O capítulo intitulado “Da Ordem Econômica e Social” merece atenção redobrada. Porque aí não somente se enumeram preceitos relativos à legislação do trabalho e da previ-

dência social, que devem ser melhor precisados, como se conceituam questões pertinentes à propriedade. Justamente nesse capítulo ter-se-á de tratar do desengajamento dos sindicatos do aparelho estatal, ministerialista, dando nova redação aos dispositivos que cuidam da parte organizativa das entidades classistas. É de todo oportuno arrancar pela raiz as idéias do corporativismo originadas da Carta del Lavoro do fascismo italiano introduzidas na Constituição de 1934 e sustentadas até hoje. A democracia sindical, tão almejada, passa pela explicitação legal da liberdade e da autonomia dos sindicatos, sem o que jamais estes se tornariam independentes. Novas conquistas não de ser consagradas na Constituição, tais como a semana de 40 horas (em muitos países já se reduz a 35 ou 38 horas); o salário-desemprego; a obrigatoriedade da Comissão de Empresa eleita livremente pelos operários e empregados; a estabilidade no emprego para evitar a rotatividade da mão-de-obra, e outras mais. O conceito retrógrado de propriedade precisa mudar, em especial no que tange à propriedade do solo, seja a rural, latifundiária, seja a propriedade imobiliária urbana cada vez mais monopolizada por reduzidos grupos de donos de terras. Isto se relaciona com a necessidade da reforma agrária e, igualmente, com a reforma urbana, exigências prementes tanto para resolver o problema da terra ligado à imensa massa de camponeses sem as condições mínimas de asseguramento de sua existência, como para equacionar corretamente a solução dos aglomerados populacionais concentrados nas favelas e nos bairros das periferias das maiores cidades. Devido à especulação imobiliária, milhões de brasileiros, expulsos das áreas melhor atendidas pelo poder público, ali vivem em condições inaceitáveis de higiene e segurança, sem conforto e assistência. Ainda nesse capítulo, cabe incluir um dispositivo de defesa da soberania nacional que impeça a política entreguista dos governantes. Como norma básica de desenvolvimento da economia e de proteção das riquezas do país, faz-se mister consignar enfaticamente não ser admitida concessão ou cessão de nenhuma espécie a grupos estrangeiros em detrimento dos interesses nacionais.

Tais são, em linhas gerais, indicações que dizem respeito à problemática constitucional brasileira e com as quais certamente se defrontarão os futuros constituintes imbuídos da idéia de que é preciso renovar, modernizar os textos legais, adequá-los à nova realidade do país, pô-los em sintonia com os anseios progressistas da maioria da nação.

O POVO ORGANIZADO E CONSCIENTE, GARANTIA DA ORDEM DEMOCRÁTICA

Ao iniciar-se o movimento em prol da Constituinte, livre e soberana, não é demais asseverar que, sendo importante, a Constituição não é tudo. Primeiramente, não é de uma Carta Magna qualquer que o Brasil necessita; o momento que vivemos reclama normas constitucionais progressistas, patrióticas, realmente democráticas, o que é inconcebível obter sem luta. Além disso, a validade da Constituição e o respeito aos seus princípios estão na ordem direta do grau de organização, mobilização e vigilância popular no combate sem trégua a toda tentativa de retrocesso político das forças da reação e do atraso.

Sabe-se que Constituições famosas repetidamente citadas como exemplos de democracia sofrem inúmeras violações ou são interpretadas, neste ou naquele aspecto, ao sabor das conveniências dos potentados. A Constituição Americana, por exemplo, chamada de obra-prima da democracia burguesa, não impediu o aparecimento e a prática ultra-reacionária do maccartismo e sua caça às bruxas. Tampouco evitou o atentado de lesa-humanidade das bombas atômicas ianques atiradas sobre cidades japonesas, nem os massacres desatinados e inconcebíveis de vietnamitas queimados pelo napalm das tropas de Tio Sam. Escrita numa época de ascensão revolucionária da burguesia, a Carta norte-americana serve hoje aos decadentes e antidemocráticos monopólios dos Estados Unidos. No Brasil, as Constituições, ainda que restritivas, sempre proclamaram o respeito às liberdades individuais. Nunca, porém, os donos do poder deixaram de golpeá-las brutalmente. Os militares e certos governantes civis rasgaram-nas muitas vezes ou adulteraram o seu verdadeiro conteúdo. Legisladores e juizes, de concepções retrógradas, silenciaram ou justificaram as agressões à liberdade. Apesar disso, a Constituição é fronteira demarcatória entre a lei e o arbítrio, entre a responsabilidade e a imposição autocrática.

Assim, a luta pela Constituinte terá de ser, ao mesmo tempo, um movimento mobilizador do povo e um esforço permanente pela organização e elevação da consciência política das grandes massas populares. Nas condições do mundo de hoje, mundo da decadência do capitalismo e do nascimento do socialismo, a democracia somente existirá onde o povo a defender com energia, batalhando pela conquista de uma nova sociedade, de justiça social e de verdadeira liberdade.

O SOCIALISMO NA ALBÂNIA *

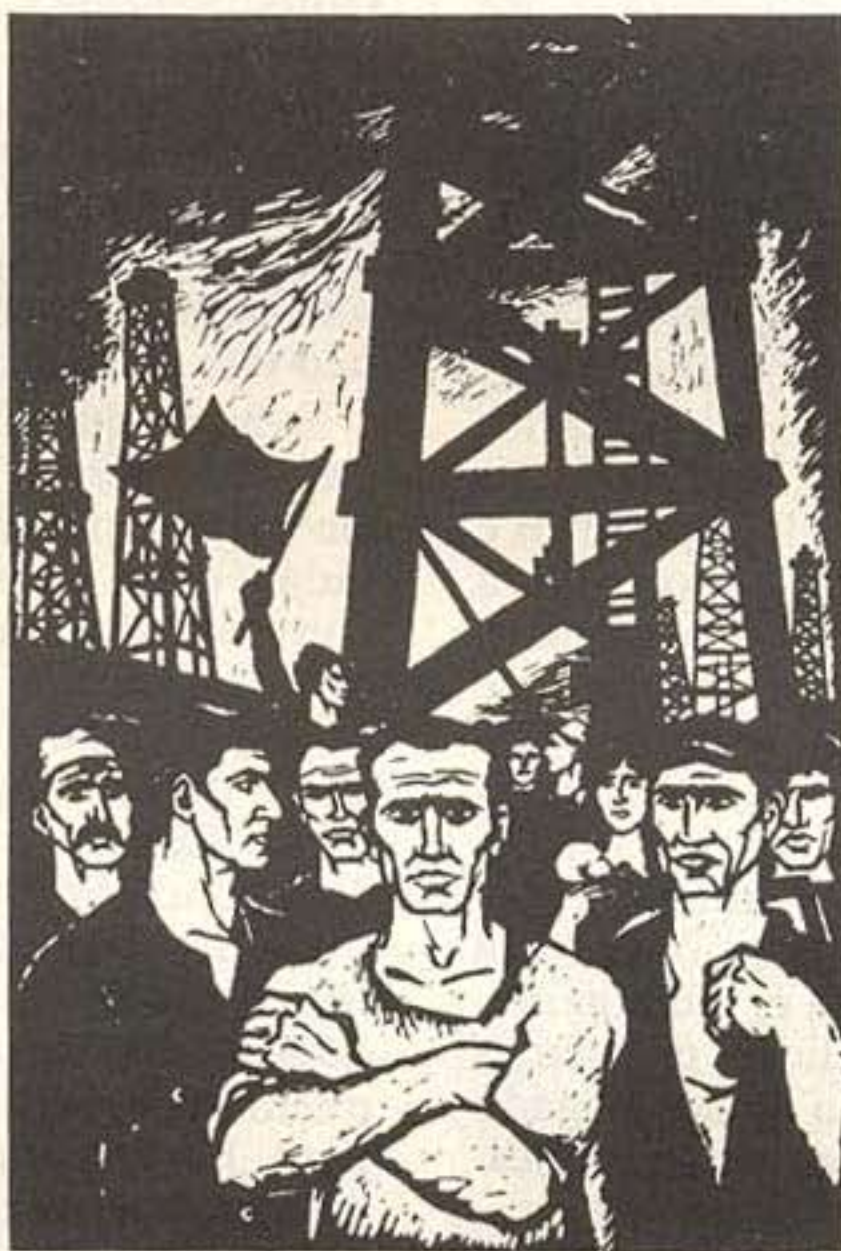
FOTO ÇAMI **

Toda a atividade do Partido do Trabalho da Albânia sempre esteve baseada na imortal doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stalin. Em todo momento o PTA e o camarada Enver consideraram e trataram essa teoria não como dogma, não como teoria abstrata e iluminista, mas como um guia para a ação, como arma de combate, como grande força para a transformação revolucionária da sociedade. É o que demonstra o prof. Foto Çami neste artigo.

A expulsão dos ocupantes fascistas e o desbaratamento das forças da reação interna, a instauração do regime de democracia popular, como uma nova forma de ditadura do proletariado, e a direção única e indivisível do Partido Comunista no poder, criaram no país uma situação tal que a Albânia não podia avançar sem empreender o caminho do socialismo.

Mas aqui era preciso solucionar um grande problema de princípios. Como podia a Albânia empreender este caminho quando se sabia que herdava do passado um grande atraso, como se realizaria concretamente a transição da revolução antiimperialista e democrática à revolução socialista?

Os ensinamentos de Marx e especialmente de Lênin sobre esta questão eram conhecidos. O Partido se apoiou neles e por eles se guiou. Mas sua aplicação na prática não era coisa fácil. Devia ter-se em conta uma série de fatores internos e externos e solucionar muitos problemas, era necessário passar, pois, da teoria à prática viva, nas condições concretas da Albânia daquele tempo. O cumprimento das novas tarefas que a nova etapa da revolução colocava era dificultado naquele período pela falta de experiência e de quadros qualificados, pelas grandes ruínas e devastações da guerra, que tornavam ainda mais grave a situação de atraso do país, pela brutal atividade da reação interna e dos inimigos externos, que não podiam aceitar a derrota sofrida. Por todas essas



razões, o Partido teve que travar uma grande luta e desenvolver um grande trabalho em todos os aspectos, nos planos teórico, político e prático.

UMA GRANDE VIRAGEM: AS NOVAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

A causa econômica fundamental do atraso do país, da opressão e da exploração das massas, de sua pobreza e miséria eram as velhas relações de produção, que se apoiavam nas diversas formas de propriedade privada. Não se podia abrir caminho ao desenvolvimento das forças produtivas, à elevação do bem estar das massas, ao progresso rumo ao socialismo sem liquidar

estas relações e sem substituí-las por novas. Isto constituía neste período a tarefa estratégica fundamental do Partido. Para solucionar esta tarefa o Partido não esperou até que as forças produtivas do país alcançassem um elevado nível de desenvolvimento, até que a classe operária constituísse a maioria da população e criasse seus quadros e sua intelectualidade, até que o capitalismo se desenvolvesse em larga escala, como apregoavam os oportunistas e reformistas velhos e novos, externos e internos. O Partido começou o trabalho para realizar as grandes e profundas transformações sócio-econômicas de caráter democrático e socialista, que levaram finalmente à supressão da propriedade privada, das classes exploradoras e da exploração do homem pelo homem, instaurando em todas as partes, na cidade e no campo, novas relações socialistas de produção, edificando assim a base econômica do socialismo.

UMA VIA ORIGINAL

O caminho seguido por nosso Partido para realizar estas transformações revolucionárias

* Trechos do informe apresentado na Conferência Científica sobre o pensamento teórico marxista-leninista do PTA e do camarada Enver Hoxha. Tirana, outubro de 1983. O título e os intertítulos são da redação de PRINCÍPIOS.

** Filósofo e Professor do Instituto de Estudos Marxistas-Leninistas adjunto ao CC do PTA.

foi muito original e correspondia às circunstâncias históricas, às condições do país e à situação internacional. Neste grande trabalho se apoiou firmemente nos princípios do marxismo-leninismo e na experiência da edificação do socialismo na União Soviética da época de Lênin e Stálin. Mas nunca aplicou estes princípios e esta experiência de maneira estereotipada e mecânica. As transformações sócio-econômicas na Albânia, começando com o confisco das riquezas dos estados imperialistas estrangeiros e dos colaboracionistas do país, a nacionalização dos principais meios de produção, a Reforma Agrária e a coletivização da agricultura etc., têm suas particularidades que patenteiam a capacidade de nosso Partido para tratar e resolver estes problemas de maneira criadora.

Tomemos como exemplo a transformação socialista do campo. Tratava-se de um problema tão importante como difícil. Importante porque o socialismo não podia ser concebido nem construído sem se estender também ao campo, dado que o novo poder político não podia repousar sobre duas bases diferentes, sobre a economia socialista nas cidades e sobre a pequena produção de mercadorias no campo, a qual constituía uma forte base para o desenvolvimento do capitalismo e para minar o socialismo. Difícil porque no campo se entrelaçavam relações econômicas muito complexas, feudais, burguesas, pequeno-burguesas e até de economia natural, e porque o campesinato constituía a imensa maioria da população do país e havia sido o maior e mais poderoso aliado da classe operária na luta, tendo suportado o maior peso desta. Por isso, nesta questão era necessário atuar com decisão, mas também com grande cuidado, para que enquanto se operava a transformação socialista do campo não fosse lesada e inclusive se reforçasse ainda mais a aliança e as relações de amizade entre a classe operária e o campesinato trabalhador.

O Partido cumpriu esta tarefa com pleno êxito. A Reforma Agrária e a coletivização da agricultura, como duas grandes revoluções nas relações econômicas do campo, se realizaram atra-

vés de caminhos e formas originais, com traços característicos dadas as condições de nosso país.

A coletivização da agricultura, que marcou a viragem radical no sistema econômico secular do campo, na vida e na consciência do campesinato, não se realizou adotando medidas administrativas, nem recorrendo à força e à violência, segundo as calúnias dos revisionistas titistas e seus consortes, que há muito tempo abandonaram este caminho, mas através de um amplo trabalho de persuasão e esclarecimento, sobre a base do princípio leninista da voluntariedade. Nesta questão o Partido deu seus passos com muita prudência. O processo de coletivização da agricultura não durou pouco, mas cerca de 20 anos.

A coletivização de nossa agricultura foi levada a cabo nas condições de ausência da nacionalização da terra. Tendo presente o caráter das relações de produção dominantes no campo, o fato de que o campesinato estava estreitamente ligado à terra e que havia sonhado e lutado por ela durante séculos, o Partido não seguiu o caminho da nacionalização, mas o da entrega da terra aos que nela trabalhavam.

Somente quando amadureceram as condições, o Partido decidiu a nacionalização da terra, sancionada na nova Constituição de 1976.

PROBLEMAS NOVOS DE UM NOVO PERÍODO HISTÓRICO

Com a construção da base econômica do socialismo, que marcou a segunda grande vitória depois da libertação do país e da instauração do poder popular, diante de nosso país se abriu um novo período histórico, o da construção integral do socialismo.

Neste período surgiram igualmente uma série de problemas que requeriam fundamentação teórica e soluções práticas, como por exemplo: qual o conteúdo sócio-econômico desse período, por que ele era necessário, quais eram concretamente os problemas que se apresentavam e que caminho se deveria seguir para resolvê-los? O Partido e o camarada Enver, em nume-



rosos documentos e materiais, deram resposta clara e exata a todas essas questões, desenvolvendo ainda mais o pensamento teórico marxista-leninista e enriquecendo a prática revolucionária.

FECHANDO OS CAMINHOS AO RETROCESSO

Um novo e grande problema foi colocado na ordem do dia: era possível conjurar o perigo do retrocesso e como fazer para que não se detenham nem voltem atrás a revolução e a construção do socialismo, como levar a revolução até o fim e construir com êxito o socialismo e o comunismo? O movimento comunista não dispunha de uma tal experiência. Ela está sendo criada agora e nosso Partido e o camarada Enver estão dando a contribuição principal. A criação dessa experiência, representa um novo e grande acréscimo à teoria e à prática do socialismo científico.

Em numerosos documentos do Partido e especialmente em muitos discursos, informes e escritos do camarada Enver se refletiram amplamente os ensinamentos e as conclusões extraídas do que sucedeu na URSS e em outros países, assim como os caminhos e as medidas para conjurar este mal e para avançar em todo momento pelo caminho do socialismo e do comunismo. Com base nisso, e sobretudo depois do V Congresso do Partido, começou o grande processo de ulterior revolucionarização do Partido e do poder, do ensino e da cultura, da consciência e da concepção de mundo das pessoas, de toda a vida do país, processo que não representa simples e unicamente uma continuação da revolução, mas, além disso, uma etapa nova e superior no seu desenvolvimento, de conformidade com as novas condições e tarefas.

Aqui foram elaborados teoricamente e colocados para ser resolvidos diversos problemas fundamentais. Reveste-se de grande importância o restabelecimento da concepção e aplicação correta marxista-leninista das relações entre fator objetivo e subjetivo, entre o ser social e a consciência social, a base e a superestrutura, a economia e a política, tergiversadas gravemente pelos revisionistas. Ficou provado também no caso



do revisionismo contemporâneo a tese leninista de que a base ideológica do oportunismo no movimento operário foi e continua sendo o economismo, a prédica da espontaneidade, a negação do papel do fator consciente.

São de grande valor teórico e prático os ensinamentos e conclusões de nosso Partido sobre a luta de classes no socialismo, que, contrariamente aos pontos de vista dos revisionistas, continua inclusive depois da desapareição das classes exploradoras, desenvolve-se não só na frente externa, mas também na interna, não só contra os inimigos, mas também no seio do Partido e do povo, abarca todos os terrenos — o econômico, o político e o ideológico —, é levada a efeito por cima e por baixo com a participação direta e ativa das massas, desenvolve-se em ziguezagues, com altos e baixos, mas não se interrompe nem se extingue jamais.

Nosso Partido ligou e liga estreitamente o problema da luta de classes com o problema das contradições no socialismo e com a unidade do povo e do Partido. Rechaçou como antimarxistas e antidialéticos tanto o ponto de vista dos revisionistas kruschovistas, que aceitam unicamente a unidade e negam as contradições e a luta de classes, como o dos revisionistas maoístas, que aceitam apenas as contradições e a luta de classes e negam a unidade. O Partido sublinhou que no socialismo é de grande importância admitir os dois tipos de contradições, as antagônicas e as não antagônicas, estabelecer uma clara distinção entre

elas, reconhecendo como típicas para o socialismo as contradições não antagônicas, reforçar a unidade do povo e do Partido, como uma nova força motriz no socialismo, através da luta de classes e da solução das contradições antagônicas e não antagônicas.

O Partido assinalou que a vitória do socialismo só poderá estar plena e definitivamente garantida quando tenha desaparecido o perigo da restauração do capitalismo, que procede não só das velhas classes exploradoras ou da agressão externa, mas também da degeneração interna burguesa-revisionista. Este último perigo existirá enquanto existam suas bases, que são os resquícios do

capitalismo no interior do país e a influência e a pressão do mundo capitalista externamente. Estas bases deixarão de existir quando se tenha alcançado a completa vitória do comunismo a nível mundial. Somente então esta vitória poderá considerar-se definitiva.

DITADURA DO PROLETARIADO — ARMA INSUBSTITUÍVEL

Nosso Partido rechaçou as teses antimarxistas dos revisionistas contemporâneos que atacam a ditadura do proletariado, que a declararam liquidada e a substituíram pelo “estado de todo o povo”. O Partido e o camarada Enver demonstraram que, porquanto durante todo o período do socialismo continua a luta de classes e existe o perigo da restauração do capitalismo, é necessário manter a ditadura do proletariado como a principal arma da luta de classe do proletariado para levar a revolução socialista até o fim. A eles corresponde o mérito da elaboração geral da luta contra o burocratismo e o liberalismo como dois grandes perigos que ameaçam o estado socialista, da correlação existente entre a ditadura e a democracia, realçando a idéia de que sem a ditadura do proletariado não há verdadeira democracia para as amplas massas do povo e que o desenvolvimento e o aprofundamento da democracia socialista é o caminho geral para reforçar a ditadura do proletariado, e, por último, da correlação entre os quadros e as massas, para não permitir a criação de camadas privilegiadas e burocratizadas, que constituem a base social do revisionismo e abrem o caminho à restauração do capitalismo.

O PAPEL DO PARTIDO

Nosso Partido e o camarada Enver condenaram e rechaçaram também as teorias dos revisionistas sobre o “partido de massas” e o “partido de todo o povo”, sobre o “partido econômico” ou o “partido iluminista”, sobre o sistema pluripartidário no socialismo etc., e defenderam e desenvolveram ainda mais as teses e os princípios fundamentais do marxismo-leninismo sobre o papel dirigente indivisível do Partido no sistema da ditadura do proletariado, sobre o caráter e a composição proletária do Partido e de seus órgãos dirigentes,



sobre a aplicação da linha de massas em toda a vida e atividade do Partido, sobre a concepção e a aplicação revolucionária das normas de sua vida interna.

CONCEPÇÃO CIENTÍFICA DE REVOLUÇÃO CULTURAL

Nosso Partido adquiriu uma nova e riquíssima experiência também nas questões relacionadas com o desenvolvimento da revolução ideológica e cultural. Nesse sentido é de particular importância a idéia do camarada Enver de que, enquanto não esteja garantida a vitória da revolução socialista no terreno da ideologia, não podem estar seguras nem garantidas as vitórias

da revolução socialista nos terrenos político e econômico. A prática confirmou que a vanguarda da contra-revolução revisionista foi a propagação da ideologia burguesa e que a forma mais capaz de penetração desta ideologia nas condições do socialismo é o revisionismo, a ideologia burguesa disfarçada com a fraseologia socialista e marxista. O Partido qualificou a luta no campo ideológico como a frente mais ampla e mais massiva da luta de classes.

O Partido desenvolveu esta luta não de maneira unilateral, mas contra todas as formas da ideologia das classes exploradoras, velhas e novas, rechaçou o “pluralismo ideológico” apregoado pelos revisionistas e defendeu a tese básica de que no socialismo existe apenas uma ideologia dominante, a ideologia marxista-leninista da classe operária, que está em luta inconciliável com todas as demais ideologias. É também de grande valor a experiência de nosso Partido na luta ideológica contra o individualismo e o egoísmo burguês, contra o burocratismo e o liberalismo, contra o economismo, o intelectualismo e o tecnocratismo, contra os hábitos e as tradições feudal-burguesas.

A REMUNERAÇÃO SEGUNDO O TRABALHO

No terreno do aperfeiçoamento das relações de produção, um dos ensinamentos fundamentais de nossa experiência é que a instauração da propriedade social sobre os meios de produção, como fundamento da base econômica do socialismo, não significa que com isto

se tenha estabelecido direta e automaticamente todo o complexo das demais relações econômicas e sobre esta base toda a superestrutura socialista da sociedade. Aqui joga um grande papel a política que se pratique, quer dizer, o fator subjetivo.

Na totalidade das relações de produção, nosso Partido demonstrou especial cuidado com as relações de distribuição. Sabe-se que as relações de distribuição emanam das relações de propriedade e são determinadas por estas. Mas nas condições do regime socialista, como um regime que não se desenvolve espontaneamente, mas que é construído de maneira consciente, uma política errônea na esfera da distribuição lesa gravemente as relações de propriedade e conduz inclusive à modificação de seu caráter. É isto que nos ensina a experiência dos países revisionistas, onde, apesar de que se conserva na aparência a propriedade social sobre os principais meios de produção, quem goza seus frutos é a nova classe burguesa que, mediante diversos caminhos e formas, se apropria do trabalho e do suor dos operários e camponeses. O mérito de nosso Partido consiste em que seguiu e segue uma correta política no terreno da distribuição,

aplicando acertadamente o princípio socialista da remuneração segundo o trabalho, sem permitir grandes diferenças e sem cair no igualitarismo pequeno-burguês, ambos daninhos à causa do socialismo.

Sobre esta base nosso Partido elaborou e aplicou na prática um conceito revolucionário correto sobre o bem estar, estando não pela elevação do bem estar de determinadas castas ou classes, mas de todo o povo, não pela satisfação dos caprichos pequeno-burgueses, mas das necessidades massivas indispensáveis do povo, em concordância com nossos gostos estéticos e com as possibilidades reais da economia. Nesta questão nosso Partido se guiou não só pelos interesses do momento, mas também pelos de perspectiva, a fim de garantir um aumento gradual, estável e contínuo do bem estar das massas trabalhadoras, com a meta de reduzir também neste terreno as diferenças entre o campo e a cidade, entre as pessoas que exercem trabalho intelectual e as que fazem trabalho manual. Esta é uma política diametralmente oposta à que vêm seguindo em seus países os revisionistas contemporâneos.



CHINA

O SOCIALISMO QUE NÃO HOUEVE

LUÍS FERNANDES

No final do ano passado a grande imprensa no Brasil e no mundo deu enorme destaque à declaração do Partido Comunista Chinês (PCCh) de que as idéias marxistas e leninistas estariam “ultrapassadas”. Para os ideólogos do anticomunismo foi um prato cheio. Logo montaram ruidosa campanha tentando apresentar as posições chinesas como a “prova derradeira do fracasso do marxismo e do socialismo”. Mas uma análise minimamente objetiva e científica da questão impõe uma conclusão bem diferente — o socialismo marxista, proletário, não pode haver fracassado na China pela simples razão de que lá ele nunca existiu.

O PARTIDO COMUNISTA CHINÊS — PARTIDO PROLETÁRIO?

O Partido Comunista Chinês foi fundado em 1921 sob a égide da recém-criada Internacional Comunista (COMINTERN). Em seu congresso de fundação contava com apenas 50 militantes, a grande maioria de origem intelectual pequeno-burguesa. O Partido só conseguiu adquirir uma cor mais proletária a partir de 1926, aplicando a linha do COMINTERN de participar da frente-única do KUOMINTANG na revolução democrática em curso. De 1926 a 1927 o PCCh viveu um crescimento espetacular, passando de 900 para 57.900 militantes. A composição social do Partido também melhorou sensivelmente, chegando a 58% de operários nesse ano. Ainda em 1927, Chiang Kai-shek, principal dirigente do KUOMINTANG promoveu o massacre de comunistas, assassinando milhares e milhares de militantes nas principais cidades chinesas. Assim, ainda jovem, o PCCh teve de refluir para o campo em face da derrota da revolução nas cidades e da sanha repressiva da reação.

Este processo provocou uma brusca alteração na composição social do PCCh, que se

tornou um partido de base essencialmente camponesa. Já em 1929, o número total de operários no Partido caiu para apenas 4.000. Dos 58% de operários que tinha em 1927, o PCCh passou a ter mais de 90% de camponeses na década de trinta. Em 1949, ano da Libertação, a porcentagem de operários no Partido estava reduzida a 3%.

A fraca formação marxista da direção do PCCh, composta na sua maior parte por intelectuais, tornou-a especialmente vulnerável à pressão da ideologia pequeno-burguesa do campesinato. Desse modo, já na década de trinta, Mao Tsetung elaborava a linha de “cerco das cidades pelo campo” na revolução chinesa, encarando na prática o campesinato não só como força principal da luta revolucionária, mas também como força **dirigente** da revolução.

Fruto desta política, o PCCh praticamente abandonou o trabalho entre as massas operárias urbanas. Durante toda a prolongada guerra de libertação, a mobilização independente do proletariado ficou restrita a ações insignificantes de cunho meramente defensivo. A classe operária, que embora pequena representava o que havia de mais avançado na sociedade chinesa, assistiu à Libertação como mera espectadora, vendo-se por isso impedida de erguer no curso da luta os seus próprios órgãos de poder.

A pressão da ideologia pequeno-burguesa afetou também a política de organização do Partido, que desde cedo foi marcado por profundas lutas internas. O PCCh caracterizou-se pela existência de várias alas e frações no seu seio, com orientações e plataformas inteiramente diferentes e até contraditórias. O Partido se abriu para abarcar os interesses de diferentes classes e frações de classes não proletárias. O próprio Mao viria depois tentar justificar teoricamente essa situação com a te-



se de que sempre coexistiriam no seio do Partido Comunista pelo menos duas alas antagônicas estruturadas — uma ala “socialista-proletária” e outra “capitalista-burguesa”. Na prática, a política do PCCh era determinada pelos compromissos e acordos entre as diversas alas sob os auspícios de Mao.

O PCCh, portanto, afastava-se dos princípios leninistas de um autêntico partido proletário. A agremiação que encabeçou a vitoriosa revolução chinesa em 1949 se assemelhava muito mais a uma frente de libertação nacional, abarcando diferentes interesses de classes e inspirando-se fundamentalmente na ideologia nacionalista do campesinato.

A REVOLUÇÃO NACIONAL E DEMOCRÁTICA NA CHINA

A libertação da China constituiu um poderoso golpe no imperialismo. A liquidação da dominação do capital estrangeiro e de seus associados capitalistas e latifundiários locais acarretou enormes benefícios para o povo chinês e serviu de poderoso impulso às lutas antiimperialistas dos povos de todo o mundo. Mas não se tratava ainda de uma revolução socialista. O alvo da luta eram as estruturas imperialistas-feudais que mantinham o país no mais completo atraso. A passagem para o socialismo dependia do proletariado se tornar a força hegemônica no processo revolucionário.

Os períodos da reconstrução nacional (1949-1952) e do primeiro Plano Quinquenal (1953-1957) completaram na China as tarefas nacionais e democráticas da revolução. Fo-

ram expropriadas todas as empresas dos capitalistas estrangeiros e dos burgueses chineses a eles associados. Somadas às empresas estatais já existentes no governo KUOMINTANG, isto levou à formação de um poderoso setor estatal da indústria, que em 1956 abarcava 67,5% da produção industrial global. Paralelamente, desenvolveu-se o setor misto estatal-privado da indústria, enquanto o setor privado não estatal deixava de existir.

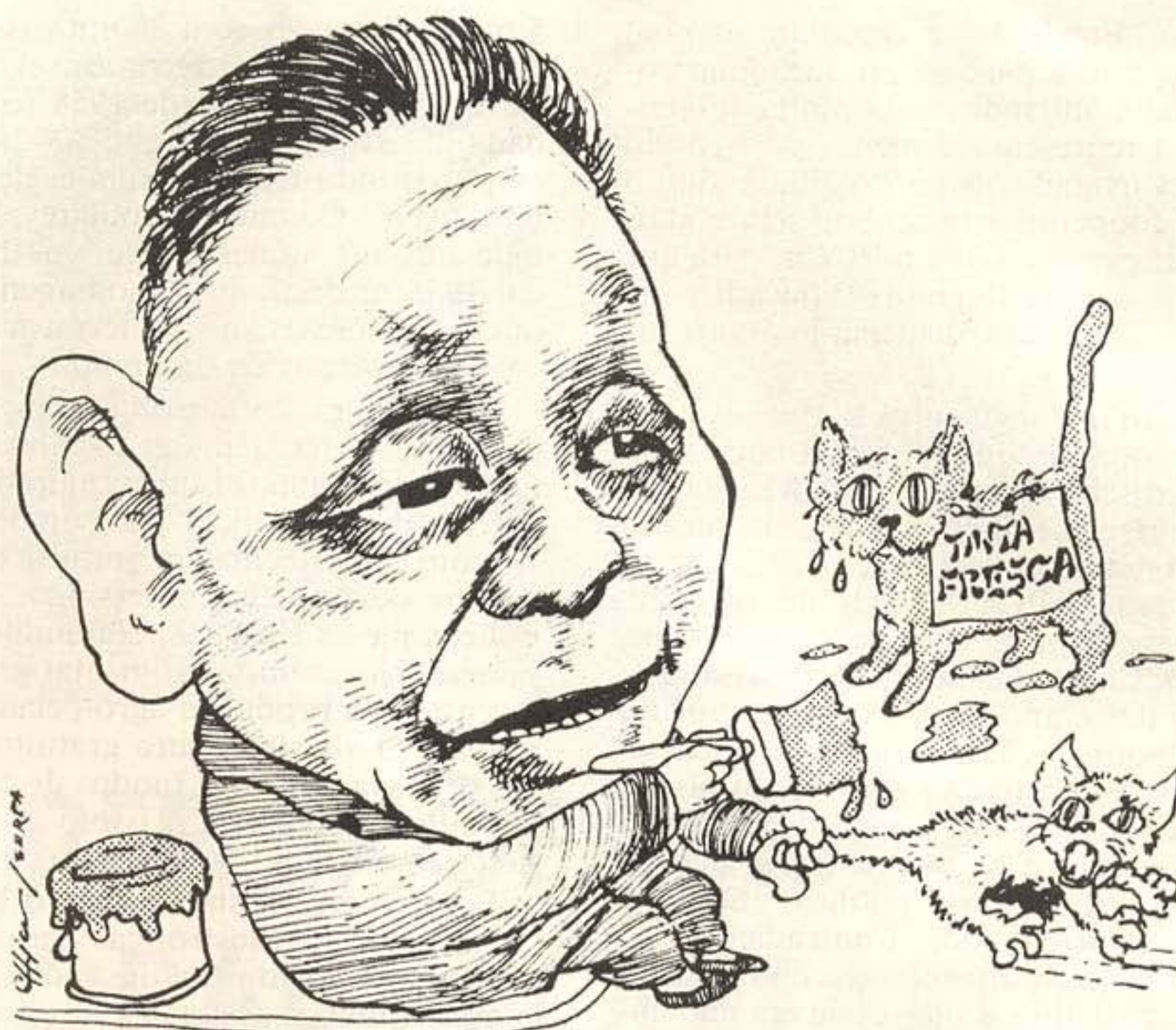
No campo, uma ampla reforma agrária já em 1949, repartiu as terras dos latifundiários entre os camponeses que compunham 90% da população do país. A partir do final de 1955, eclodiu um movimento cooperativista calcado fundamentalmente nos camponeses pobres e nas camadas mais baixas dos camponeses médios, que abarcavam ao todo de 60% a 70% da população rural.

Em menos de um ano, este movimento tomou conta do campo da China. Só de novembro de 1955 a janeiro de 1956 quase metade do total de explorações agrícolas do país foi agrupada em cooperativas. Mais adiante veremos sobre que bases se assentava a instalação tão rápida de cooperativas agrícolas.

ERA A CHINA UM PAÍS SOCIALISTA?

Os dirigentes chineses argumentam que com a eliminação do setor privado não estatal na indústria e a instalação de cooperativas agrícolas, a China completou a transição ao socialismo em 1956. Vamos nos deter aqui para analisar essa questão com mais cuidado.

Para empreender a passagem ao socialismo, era necessário se apoiar na grande indústria



Desenho de Chico Caruso e Serpa, publicado no jornal "Movimento", 1979.

moderna do setor estatal para **eliminar** os elementos capitalistas na cidade e no campo. Desenvolvendo ao máximo a indústria pesada, se garantiria a base objetiva para o desenvolvimento proporcional, harmônico e planejado da economia a longo prazo. É esta inclusive a superioridade básica do sistema socialista, que permite a elevação geométrica da capacidade produtiva do país e do bem estar do povo.

Em 1956 um grande movimento se ergue entre os capitalistas privados no sentido de ampliar e defender seu capital contra o crescimento da indústria estatal. Partiu dos próprios capitalistas, na sua maior parte ligados à indústria ligeira, a exigência de se associar ao estado e transferir suas empresas do setor não estatal para o setor estatal, privado, ou misto. Em janeiro de 1956, 77% das empresas industriais não estatais se transformaram em empresas de economia mista. Em março do mesmo ano já era 88% e em junho chegou a mais de 97%. No final desse ano, 70 mil empresas industriais não estatais haviam sido transformadas em empresas mistas, representando

99,6% do valor global de produção das antigas empresas privadas e 32,5% da produção industrial global da China.

Vê-se que a eliminação do setor privado não estatal representou, na verdade, um **fortalecimento** dos elementos capitalistas na economia chinesa. Não só os capitalistas continuavam administrando suas empresas como ampliavam o capital à sua disposição e ainda recebiam um dividendo fixo anual de 5% do ativo da empresa qualquer que fosse o lucro desta.

É importante ressaltar que este processo de fortalecimento dos segmentos capitalistas na cidade, ocorre paralelamente ao movimento cooperativista no campo. Do ponto de vista socialista, o impulso à instalação de cooperativas seria louvável **desde que** associado à perspectiva proletária de priorizar a indústria pesada para promover a mecanização em larga escala da agricultura. Ou seja, desde que a classe operária se afirmasse como força dirigente na aliança operário-camponesa. Mas o que presidiu o impulso cooperativista foi o imediatismo dos setores menos favorecidos do

campesinato. Em 1956 o trabalho manual continuava sendo a base da produção agrícola. A superfície cultivada com a ajuda de energia mecânica representava menos de 10% do total e a área irrigada menos de 7%. Assim, o movimento cooperativista acabou sendo mais uma fonte de pressão sobre o PCCh, para que este revertesse investimentos aplicados na grande indústria, para dispersá-los entre as cooperativas.

Esta pressão dos segmentos burgueses e pequeno-burgueses se viu reforçada com a ascensão de Kruschov ao poder na URSS. Os dirigentes chineses acolheram com entusiasmo no primeiro momento as teses revisionistas do XX Congresso do PCUS. Estas inclusive serviram de base para os trabalhos do 8.º Congresso do PCCh no final de 1956. Precisamente em maio desse ano Mao Tsetung publicou seu texto "Sobre as Dez Grandes Relações" com críticas à construção do socialismo na URSS e defendendo uma maior prioridade para a agricultura e para a indústria ligeira. Em fevereiro de 1957 ele publica "Sobre o Tratamento Correto das Contradições no Seio do Povo" onde afirma que a contradição entre o proletariado e a burguesia era não antagonica na China.

Assim, a conjugação de forças internas e externas enterrava no nascedouro qualquer perspectiva de passagem ao socialismo. Todo o desenvolvimento posterior da República Popular passaria a ser marcado pela disputa de hegemonia entre as diversas orientações burguesas e pequeno-burguesas no interior do Partido, do Estado e do Exército.

O GRANDE SALTO... NO FOSSO

De imediato, foram as forças pequeno-burguesas que levaram a melhor. Em 1958, o Partido lança a política do "Grande Salto", que promete ao povo "trocar uns quantos anos de árduo trabalho por dez mil anos de felicidade".

Os objetivos do "Grande Salto" eram absolutamente delirantes — previa-se para o período de 1958 a 1962 referente ao segundo plano quinquenal um aumento de 650% na produção industrial e de 250% na produção agrícola. Este crescimento se basearia na idéia de descentralizar a economia em unidades comunais autosuficientes de base camponesa, as Comunas Populares, que possuiriam suas próprias indústrias de pequeno porte. Em agosto de 1958 740 mil cooperativas agrícolas já haviam sido transformadas em 26 mil Comunas Populares com 120 milhões de explorações agrícolas. Cada Comuna tinha em média

5 mil explorações com 26 mil pessoas e cerca de 4 mil hectares de terra arável. Durante os nove primeiros meses de 1958 foram criadas nada menos de 7 milhões e 500 mil pequenas empresas industriais, 6 milhões das quais pertencentes às Comunas Populares. Mais da metade dos investimentos básicos na indústria em 1958 se destinou à montagem dessas pequenas empresas, o que levou a uma brutal descentralização da economia.

Na empolgação desse "socialismo agrário-camponês", o sistema de pagamento por jornada de trabalho foi substituído por um novo sistema de distribuição que combinava o salário com o abastecimento **gratuito** de alimentos e bens de primeira necessidade. Dentro de poucos meses em 1958, 500 milhões de camponeses passaram a se alimentar gratuitamente às custas da produção agro-pecuária das Comunas. O abastecimento gratuito de alimentos drenava 70% dos fundos de consumo das Comunas Populares. A isto os dirigentes chineses chamaram "embrião do comunismo".

Este aventureirismo pequeno-burguês teve conseqüências catastróficas para a economia chinesa. A produção das novas micro-empresas comunais, baseada em métodos primitivos de produção, era na maior parte imprestável. Das mais de 7 milhões criadas em 1958 só sobravam em 1969 as 200 mil maiores. A produção de aço caiu de 12 milhões de toneladas em 1959 para 8 milhões em 1961. A maioria das grandes empresas industriais passou a operar com 50% de capacidade ociosa.

Igualmente na agricultura, a política do "Grande Salto" gerou uma profunda crise. A produção agrícola manteve-se em bases extremamente atrasadas. A parte mecanizada da área cultivada não excedia a 10%. A produção de grãos caiu de 250 milhões de toneladas em 1958 para 160 milhões em 1960 e 1961. A partir de 1959 se registrou uma queda na produção agrícola global. Em 1960, a produção agro-pecuária acabou sendo 16% mais baixa do que a de 1957.

Devido à crise provocada pela política pequeno-burguesa do "Grande Salto", as forças burguesas se fortaleceram no interior do Partido e do Estado. Já em 1959, o grupo de Teng Hsiao-ping e Liu Shao-shi começa a se impor no interior do PCCh e Liu é até mesmo nomeado presidente do Estado. Paulatinamente foram sendo revogadas as medidas do "Grande Salto" e esboçaram-se uma série de medidas para reestruturar a economia chinesa em bases capitalistas. Em 1966, as forças pequeno-burguesas voltavam à ofensiva com a

deflagração da chamada “Revolução Cultural”.

“REVOLUÇÃO CULTURAL” E CONTRA-REVOLUÇÃO POLÍTICA

A “Grande Revolução Cultural Proletária” foi um movimento dirigido contra o núcleo burguês que se havia consolidado na direção do PCCh em torno de Liu Shao-shi, Teng Hsiao-ping e Peng Chen. No curso da luta, os órgãos do PC Chinês, da Juventude Comunista, do Estado etc. foram praticamente dizimados e a China lançada num período de absoluta anarquia.

A nível econômico se retomou a política do “Grande Salto”, que mais uma vez resultou em fracasso. Em 1967 a produção industrial sofreu uma queda de 15 a 20%. Em face disto, as forças burguesas passaram ao contra ataque. A partir de 1971, vários funcionários destituídos durante a “Revolução Cultural” foram sendo reincorporados às suas funções por ordem expressa de Mao. Entre estes estava o próprio Teng Hsiao-ping que nunca chegou a ser afastado do PCCh e voltou a ocupar

posições de alta responsabilidade no Estado.

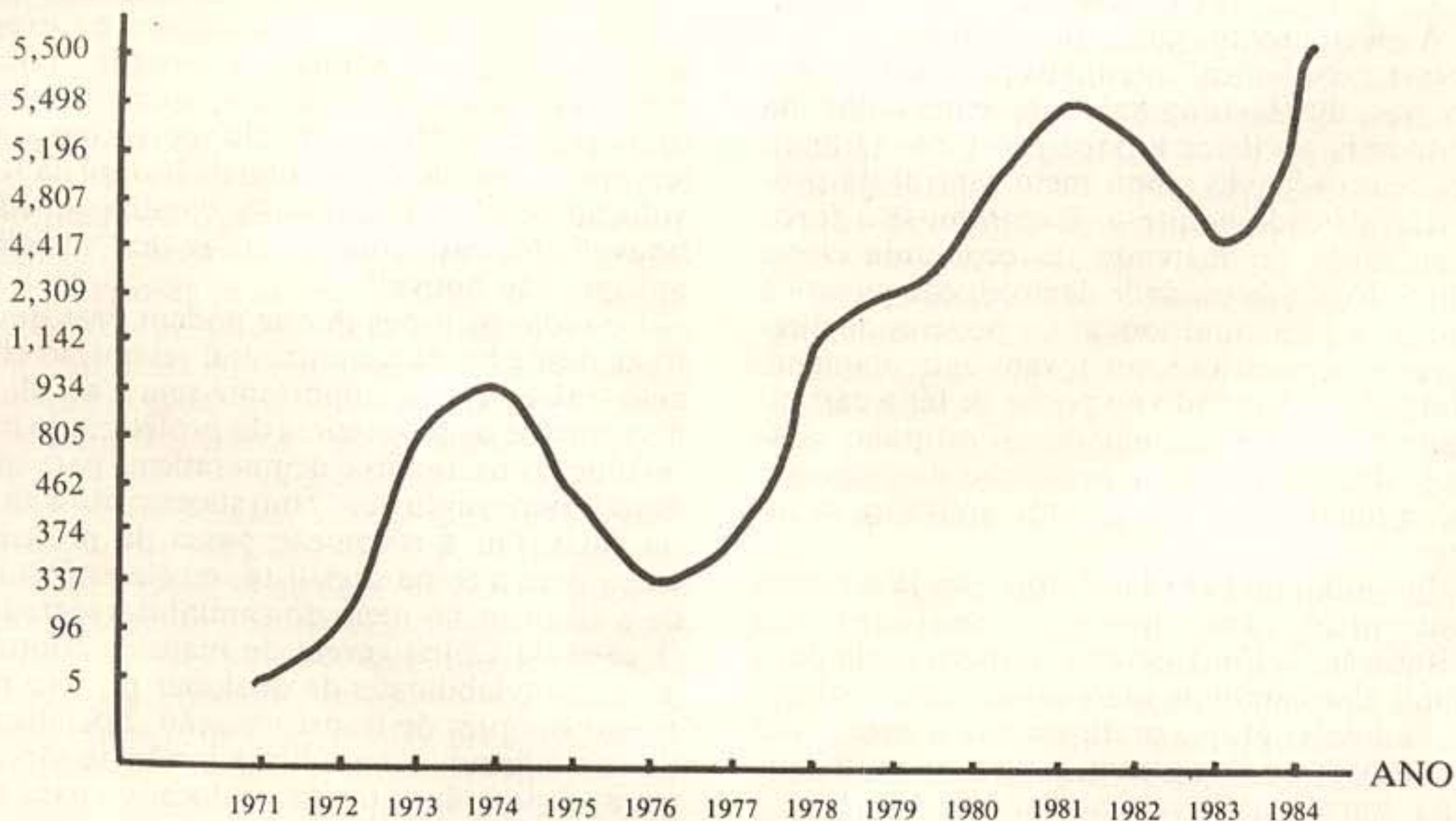
A morte de Mao em setembro de 1976, figura que até então mantinha a “unidade” das diferentes alas e frações do Partido, empurrou a disputa para seu “desenlace final”. Como todos sabem, o núcleo burguês de Teng Hsiao-ping e Hua Kuo-feng levou a melhor.

CONSOLIDAÇÃO CAPITALISTA A TODO O VAPOR

A vitória destas forças burguesas nos traz ao período de pleno desenvolvimento do capitalismo na China que perdura até hoje. Com base na política das “Quatro Modernizações”, lançou-se um ambicioso programa econômico e militar visando transformar o país numa superpotência expansionista até o final do século. A partir daí a China se integrou por completo ao mercado capitalista ocidental. De uma política que privilegiava os países do chamado “3º Mundo”, o comércio externo chinês cresceu dando preferência às potências capitalistas do mundo ocidental. Países como Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental etc. passaram a aboca-

EVOLUÇÃO NO COMÉRCIO GLOBAL EUA-CHINA

MILHÕES
de
DÓLARES



nhar mais de 80% do comércio externo chinês. O espetacular aumento do comércio EUA-China pode ser visto na tabela. A China também eliminou todas as restrições à penetração do grande capital estrangeiro na sua economia. Para facilitar a contratação de empréstimos junto aos centros financeiros internacionais, tornou-se membro do FMI e do Banco Mundial em 1980. Em março de 1981 o FMI liberou ao seu mais novo membro um empréstimo "stand-by" de 555 milhões de dólares. Em 1984 o Banco Mundial concedeu o seu primeiro empréstimo-jumbo de 1 bilhão de dólares. Ao iniciar a aplicação do 6º Plano Quinquenal em 1981, a direção chinesa afirmou esperar atrair 20 bilhões de dólares em investimentos externos até o final de 1985.

Outra faceta desta política de portas abertas é o investimento **direto** de grandes corporações multinacionais na economia chinesa. Em 1983 havia 188 projetos de "joint-ventures" em operação, associando empresas ocidentais ao capital chinês. Destas, 105 haviam sido montadas nesse mesmo ano, totalizando um investimento externo de 515 milhões de dólares. Ainda em 1983 a empresa norte-americana "Minnesota Mining and Manufacturing" tornou-se a primeira empresa estrangeira a ser proprietária **integral** de uma fábrica na China desde a Libertação em 1949. Hoje, 128 empresas norte-americanas já têm escritórios no país.

A REFORMA CAPITALISTA NA ECONOMIA

A nível interno, parte das medidas da "Reforma Econômica" seguiu os passos das "Reformas de Kossinguin" implementadas na economia soviética a partir de 1966. O lucro foi reintroduzido como meta central da produção de cada empresa. Expandiu-se a força reguladora do mercado na economia como um todo. Cada unidade de produção passou a gozar de total autonomia. Os poderes de diretores e administradores foram extremamente alargados, chegando ao ponto de ter a capacidade de demitir trabalhadores, estipular salários, decidir o tipo de produção da empresa, determinar como e onde serão aplicados os lucros etc.

Em julho de 1979 4 mil empresas já estavam operando nas novas condições da "Reforma". Em 1980 esse número subiu para 6 mil abarcando as mais importantes empresas estatais. Hoje, praticamente a totalidade das empresas já opera segundo os princípios da reestruturação capitalista.

O governo já autorizou também até mesmo

a venda de ações por parte das empresas como medida para aumentar seu capital. Em Shanghai, antigo centro financeiro antes da Libertação, já se cogita em restabelecer a bolsa de valores.

Outra característica da "Reforma" chinesa tem sido um brutal incentivo à "livre-iniciativa" para a formação de pequenas empresas privadas. Hoje existem centenas de milhares de pequenos empresários capitalistas espalhados pelas cidades da China.

No campo foi introduzido em 1979 o "sistema de responsabilidade agrícola", segundo o qual a maior parte da produção das cooperativas passou a ser dirigida para mercados "livres". Fora isto, foram estendidas as parcelas privadas-individuais de terra dos 800 milhões de camponeses do país. Só de 1978 para 1979 a participação das parcelas individuais no total de terra cultivada passou de 7 para 15%.

Este modelo, a que os dirigentes chineses têm o descaramento de chamar "socialismo de mercado", conduz ao agravamento de problemas como o desemprego e a carestia de vida, além de acentuar a polarização entre ricos e pobres na sociedade chinesa. Segundo dados do Instituto Central de Estatísticas da China, 10% da população no campo não ganha mais de 3,5 dólares por mês (contra uma média nacional de 19 dólares), o que significa que pelo menos 80 milhões de camponeses vivem em condições de pobreza extrema.

EXTRAINDO LIÇÕES

Por todas essas razões, fica evidente que não foi o socialismo que fracassou na experiência chinesa. A China, na verdade, nunca efetuou de fato a transição ao sistema socialista. O pretense "fracasso" do socialismo aqui lembra o episódio da batalha de Itararé na Revolução de 30 no Brasil — "a batalha que não houve". No caso chinês trata-se do "socialismo que não houve".

De todas as lições que se podem tirar deste triste desfecho da monumental revolução chinesa, talvez a mais importante seja a absoluta necessidade da hegemonia do proletariado nas revoluções nacionais e democráticas, para que estas sejam conduzidas com sucesso até a vitória final. Ou a revolução passa da primeira etapa para a etapa socialista, ou ela está fadada a estancar no meio do caminho e regredir. O caso da China revela de maneira contundente a inviabilidade de qualquer projeto pequeno-burguês de transformação. Socialismo ou capitalismo — em última instância são estas as únicas duas opções colocados para todos os países do mundo de hoje.

AVANÇOS E PERSPECTIVAS DA LUTA DA MULHER

Dentre as questões em foco no debate político e ideológico que se intensifica no Brasil, sem dúvida uma das mais candentes é a da situação da mulher e das lutas por seus direitos e sua emancipação. Primeiro, porque constata-se neste ano em que se encerra a sua Década uma presença feminina mais ativa e marcante na atividade produtiva, na vida social, cultural e política. Segundo, porque, longe de mitigar a dupla opressão e alterar as relações de dominação engendradas pela sociedade capitalista, o novo quadro político e social em que os problemas da mulher se inserem, coloca na ordem do dia a necessidade de formar uma opinião abrangente e justa sobre esta questão, simultaneamente ao aprofundamento da luta desta parte fundamental da população pela conquista de seus direitos e aos esforços para seu engajamento no processo de transformação social.

Com a intenção de participar deste debate e de contribuir para a formação dessa opinião

abrangente e justa, PRINCÍPIOS abre suas páginas à discussão com pessoas que, por sua participação destacada em movimentos femininos e nas lutas democráticas e populares, muito têm a dizer sobre o tema.

Com a palavra as mulheres, aqui representadas por Ruth Escobar, deputada estadual (PMDB-SP); Sílvia Pimentel, advogada, suplente de deputada estadual (PMDB-SP); Alda Marco Antônio, engenheira e vice-presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina, de São Paulo; Maria do Socorro Jô Moraes, conselheira executiva do Conselho Estadual da Mulher, de Minas Gerais, e presidente do Movimento Popular da Mulher; Ana Maria Rocha da Silva, psicóloga e integrante da Executiva do Movimento Feminino do PMDB do Rio Grande do Sul; Maria Amélia Teles, presidente da União de Mulheres de São Paulo e Maria do Socorro, também da diretoria dessa entidade.



Kate Kollwitz



Ruth Escobar

• Por que criar o Conselho Nacional da Mulher

Vivemos no Brasil um momento político de excepcional importância. A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral fez emergir na cena política brasileira belas palavras como: “mudança” — “democracia” — “Nova República”.

As mulheres, que contribuíram para essa eleição com sua plena integração na campanha por *Diretas Já!* estão cheias de expectativas diante da nova situação política. Estão na expectativa é verdade, mas não passivas.

Com grande espírito de participação realizaram seminários, debates, mesas redondas, encontros, visando selecionar e priorizar suas necessidades diante do novo governo. E se preparam para lutar pela concretização daquelas que consideram as mais importantes para que possam exercer em condições de plena igualdade seus direitos de mulher, trabalhadora e cidadã.

Entre suas prioridades aparece, em primeiro plano, a exigência da criação de um Conselho Nacional da Mulher.

Estamos entre aquelas que pleiteiam esse espaço no aparelho de Estado como um ato de direito e de justiça. As mulheres constituem metade da população brasileira e mais de 36% da força de trabalho. Será, pois, um contrassenso ficarem marginalizadas do processo que estamos vivendo.

Mas esse perigo existe, é latente. Basta dizer que nenhum nome de mulher foi indicado para ocupar um posto de Ministro no governo empossado a 15 de março. Existe, portanto, a possibilidade de, mais uma vez, assistirmos nossas reivindicações diluídas no mar das sagradas questões gerais do país.

A criação de um órgão especificamente voltado para a problemática feminina, seria um passo concreto para eliminar esse perigo. O

Conselho Nacional da Mulher elaboraria políticas específicas para a mulher em todos os terrenos; acompanharia os projetos que lhe dizem respeito e estão em andamento em órgãos legislativos ou executivos federais; criaria seus próprios projetos num esforço para conscientizar a mulher, mobilizá-la, torná-la participante; combateria todas as discriminações sociais de que ela é vítima; receberia denúncias por parte dos movimentos organizados da sociedade civil. Em suma, seria um órgão político, sem vislumbres assistencialistas, trabalhando para tornar a mulher cidadã igual e participante do esforço geral da Nação pela democratização do país e construção da Nova República. Isto requereria em sua direção mulheres que, além de políticas experientes, trouxessem em sua bagagem serviços concretos prestados à luta libertadora da mulher. A título de lembrete: “Mede-se a democracia de um país pelo nível de direito que nele gozam suas mulheres”. (Bebel)





Sílvia Pimentel

• A importância da aprovação do novo Estatuto Civil da Mulher*

O ponto fundamental do Código Civil que merece mudanças é o artigo 233, que estabelece a chefia da sociedade conjugal. No Código de 1916, o legislador brasileiro estabeleceu por esse artigo que essa chefia cabe ao marido restando à mulher a função de colaboradora. A essa chefia correspondem funções bem explicitadas pelo Código Civil Brasileiro, como por exemplo a administração dos bens do casal, dos bens particulares da mulher em determinadas circunstâncias, a representação legal da família, a escolha do domicílio. No artigo 380 estabelece-se que o exercício do pátrio-poder cabe ao pai e não à mãe.

Considero uma questão-chave alterar essa legislação, pois se falamos de emancipação da mulher, como admitir que artigos como esses sejam mantidos? Não se pode falar em emancipação da mulher com a vigência de uma legislação que a coloca numa posição de subalternidade. Outro exemplo que pode ser mencionado é que no atual Código confere-se ao marido o direito de pedir a anulação do casamento, até 10 dias após o enlace, se ele comprovar que a mulher foi deflorada, desvirginada, por outro homem. A legislação atual estipula o direito dos pais de deserdarem a **filha desonesta**, "desonestidade" relacionada com a sexualidade.

Por isso, é muito importante na luta por nossa emancipação que a legislação nos trate de forma igualitária, que nos respeite. Porque se a legislação de um país admite que a mulher é subalterna na relação familiar, é possível admitir uma emancipação ampla, a nível do trabalho, da militância política, partidária, sindical e associativa? Deste ponto de vista, as alterações no Código Civil têm relação não só

com a emancipação da mulher, mas também com a luta geral de todo o povo brasileiro, pois tal luta está ligada à necessidade de cada vez mais pessoas, homens e mulheres se conscientizarem da importância das transformações e se prepararem para agir nesse sentido.

Há dois níveis de conquista, o institucional e o social. Acho que não devemos supervalorizar o Direito. De muito pouco valeria a mudança da legislação em si, se não houver a modificação das mentalidades. Por isso, nosso trabalho não é apenas nos gabinetes, nas cátedras ou no Congresso Nacional. Pelo contrário, entendemos que é importante nos dispormos a ir à televisão, aos jornais, às revistas, procurando preencher todos os espaços que conseguimos, exatamente para discutir, para questionar, para que toda a população se aperceba da importância de modificar a lei. Temos de reconhecer as dificuldades desse tipo de mudança. Não é uma questão de conceitos apenas que devemos mudar, mas de preconceitos, de idéias e comportamentos que não elaboramos racionalmente mas que repetimos mecanicamente.

() O novo Estatuto Civil da Mulher foi incorporado ao Projeto de Código Civil Brasileiro, em tramitação no Congresso Nacional desde 1975 e aprovado em junho de 1984 pela Câmara Federal, aguardando agora aprovação no Senado. A iniciativa dessa proposta e sua elaboração devem-se a Sílvia Pimentel e Florisa Verucci que desde 1980 a submeteram a um amplo debate em todo o Brasil e em novembro de 1981 a encaminharam, junto com mulheres representativas de vários setores do país, ao Congresso Nacional. Duas parlamentares do PMDB, a deputada Cristina Tavares e a suplente de senador, no exercício do mandato, Laélia Cavalcanti, apresentaram anteprojetos ao Congresso Nacional, englobando a proposta de Estatuto Civil da Mulher de autoria de Sílvia Pimentel e Florisa Verucci.*



Alda Marco Antônio

• A capacidade de se transformar e transformar as coisas

As lutas e movimentos que nesses últimos anos ajudaram a derrubar o regime militar tiveram ampla participação das mulheres. Uma das mais importantes lutas desse período, a pela anistia, foi idealizada, lançada e conduzida por mulheres. Os movimentos de base, os clubes de mães, as sociedades amigos de bairros floresceram nesse período, quando também surgiram os grupos feministas modernos, inspirados na "década da mulher" instituída pela ONU. Esse foi um período em que a sociedade teve que se organizar à margem do poder, para tentar influenciar no processo político já que o povo não fazia parte dele em nenhuma instância.

Nesse período, a administração autoritária adotou um modelo econômico concentrador de rendas que sempre privilegiou o capital em detrimento do trabalho. O Brasil experimentou um período de crescimento econômico chamado "Milagre Brasileiro" que se deu em bases falsas e que desaguou na mais séria crise econômica de que temos notícia, arrastando grandes contingentes de trabalhadores para o desemprego e a miséria. Com o agravamento da crise econômica, sem dúvida, as mulheres têm sido as mais sacrificadas.

Quando se dá o processo de mudança do autoritarismo para a democracia, é natural que toda a sociedade que estava impedida pela força, passe a participar. É nesse momento que as minorias ganham destaque e passam a aparecer como força política que reivindica e exige influir no processo democratizante. Desta forma, eu vejo que aconteceu com a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, que foi reivindicação das mulheres.

Nesse momento eu penso que as brasileiras devem se organizar em torno de duas bandeiras:

a criação do Conselho Nacional da Condição Feminina e a campanha pela Constituição. Deverão tentar levar para a Constituição e transformar em lei todas as suas reivindicações específicas, bem como exigir a criação de mecanismos que não só façam cumprir a lei, como também julguem os infratores. As perspectivas não são fáceis, pois as limitações das mulheres são muito grandes e sua participação na vida política da nação ainda é pequena. Mas eu acredito nas mulheres e na sua capacidade de se transformar e de transformar as coisas.



M. do Socorro Jô Moraes

• Múltiplas formas de organização

Ao longo da luta das mulheres pela sua emancipação, diferentes formas de organização têm surgido, fruto das necessidades postas em cada momento. Tivemos desde entida-

des que integraram a luta abolicionista, como a Sociedade da Libertação e a Sociedade Redentora, as que defendiam o direito de voto, como a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, entidades de caráter democrático como a Federação de Mulheres do Brasil, em 1949, e o histórico Movimento Feminino pela Anistia.

A partir do Ano Internacional da Mulher, em 1975, o debate da questão feminina ganha impulso em toda a sociedade e, principalmente, entre as mulheres. Surgem jornais que servem de instrumento de aglutinação, realizam-se encontros e congressos, grupos feministas se espalham em todo o país. Estes grupos correspondiam a uma etapa em que o movimento feminino se debruçava ante a questão específica da mulher para melhor compreendê-la.

A partir do momento em que as movimentações sociais e democráticas passaram a envolver milhares de pessoas, a mulher a elas se integra com destaque. E novas organizações surgem para responder às necessidades de ampliação da participação feminina. São os clubes de mães, nos bairros da periferia, os grupos de luta por creche existentes em vários setores, são as associações femininas com finalidades profissionalizantes, os departamentos femininos de sindicatos, as organizações de mulheres dos partidos políticos e, com força crescente, as Uniões de Mulheres.

Todas essas organizações têm cumprido o importante papel de impulsionar a participação massiva das mulheres, dando ao movimento feminino um colorido popular e mantendo bem viva a bandeira da emancipação no processo político em curso no país. É importante destacar aqui a atuação progressista e de vanguarda das organizações de mulheres nos partidos políticos, particularmente no PMDB, defendendo sempre as posições mais democráticas.

Nesse novo quadro de crescente participação popular, é mais do que nunca necessário estimular e fortalecer as organizações femininas de caráter de massas. Já está superada a fase dos pequenos grupos. Agora precisamos de organizações autônomas que tenham como objetivo aglutinar mais e mais mulheres, elevando o seu nível de consciência e de integração no processo de mudança em curso. Nessa perspectiva, as Uniões de Mulheres ou organizações similares que têm a mesma concepção emancipacionista, surgem como entidades que procuram responder a essas novas exigências e tendem a se fortalecer. Ao mesmo tempo é preciso reforçar as articulações unitárias de todas as organizações femininas.

Miriam Fichtner



Ana M. Rocha da Silva

• Um balanço da década da mulher

Nesta década que estamos avaliando, 1975 a 1985, a participação das mulheres na luta de libertação de forma organizada foi uma característica marcante que teve repercussão e contribuiu para reafirmar a participação da mulher como necessária ao processo de emancipação dos povos oprimidos. Quanto espanto causou ao mundo a presença da mulher iraniana nas ruas, passando por cima dos mais obscurantistas preconceitos, lutando de armas nas mãos, lado a lado com seus companheiros, para acabar com o jugo obscurantista sobre seu país. A mulher latino-americana também marcou sua presença nas lutas de libertação, sendo o exemplo das mulheres nicaraguenses o mais significativo.

Ganhou destaque também durante esta década a participação organizada das mulheres latino-americanas na luta pela democracia, contra o arbítrio dos regimes ditatoriais. As mães da Praça de Maio na Argentina fizeram ecoar seu protesto por todo o mundo. Também no Brasil, com o avanço do movimento de massas, em 1975, que coincide com o Ano Internacional da Mulher, surge com força o Movimento Feminino pela Anistia. Na Bolívia, as mulheres se organizam para apoiar a greve dos mineiros e exigir a libertação dos líderes presos.

Outra característica marcante desta década, válida para o mundo e sobretudo para o Brasil, foi a preocupação com a opressão específica da mulher. A proclamação do Ano Internacional da Mulher em 1975 propiciou o sur-

gimento de inúmeros movimentos autônomos que suscitaram um amplo debate sobre a questão feminina, despertando o conjunto da sociedade para a discriminação específica da mulher e a necessidade da luta por sua emancipação.

No Brasil, a década assinalou uma marcante participação das mulheres na resistência ao regime de arbítrio, seja na guerrilha, nas manifestações de rua, nos cárceres e no período mais recente na campanha pelas eleições diretas e em todo o processo sucessório. Na luta pela sobrevivência também cresceu a participação organizada das mulheres, destacando-se a experiência do Movimento Contra a Cerejeira. Na luta por suas reivindicações específicas as mulheres avançaram, sobretudo na exigência de creche, contra a discriminação no trabalho e por direitos trabalhistas, realizando congressos e encontros; na denúncia do controle da natalidade imposto pelo FMI e na luta por uma política de assistência integral à saúde da mulher; contra a violência que se abateu mais especificamente sobre as mulheres, pela aprovação do novo Estatuto da Mulher, incluído no Código Civil a ser votado no Senado.

A Década da Mulher marca ainda um avanço no plano cultural e da participação das mulheres nos partidos políticos, nas instituições, nos Conselhos e departamentos femininos, nos sindicatos e nas entidades de massa.

Outro novo traço do movimento de mulheres foi o crescimento de sua composição popular, ao contrário do início da década quando se restringia mais à pequena burguesia. Nesse período surgiram lideranças femininas em todos os setores, à frente de lutas expressivas.

O avanço do processo político exigiu do movimento de mulheres uma nova postura. Aquelas correntes sexistas restritas apenas à contradição homem x mulher se enfraqueceram, voltando-se mais para o estudo, diminuindo a sua participação e influência no conjunto do movimento de mulheres. Fortaleceram-se em alguns estados os Movimentos Femininos de Partidos Políticos, surgiram em São Paulo e Minas Gerais os Conselhos Estaduais da Mulher que contribuíram para difundir as reivindicações femininas e apoiar as mobilizações de mulheres. Também ganharam corpo os movimentos autônomos de mulheres que conseguiram relacionar as lutas específicas das mulheres às lutas gerais em curso, contribuindo para a mobilização das massas femininas.

As conquistas foram significativas, mas o fechamento da Década da Mulher seguramente levará à intensificação do debate sobre a opressão da mulher, contribuindo para elevar ainda mais seu nível de consciência.

O novo momento político aponta para o fortalecimento dos movimentos autônomos das mulheres de visão emancipacionista, ou seja, a visão de que o movimento de mulheres não basta a si mesmo. Ao mesmo tempo que mobilizam as mulheres em torno de suas reivindicações específicas, acompanham e mobilizam as mulheres com vistas a fazer avançar o processo político-social, ligando na prática a luta de emancipação da mulher à luta de emancipação do povo em geral.



Tânia Volpe

Maria Amélia Teles

• A luta pela emancipação da mulher

O movimento de mulheres tem características muito especiais. É um movimento universal que abrange não só a população feminina, de cerca de 2 bilhões de seres humanos. Devido ao seu conteúdo essencialmente político e cultural, este movimento traz no seu bojo exigências de transformações sociais profundas que atingem a família, o mundo do trabalho, os meios de comunicação, as escolas e universidades, o conjunto dos homens, dos jovens e particularmente dos trabalhadores. Enfim, é um movimento essencialmente revolucionário. A razão fundamental de sua existência está na desigualdade milenar entre homens e mulheres nos mais variados aspectos da vida, seja no trabalho, na educação, no casamento,

na família, na cultura etc. Essa opressão milenar a que a mulher está submetida em decorrência da divisão da sociedade em classes assume variadas formas ao longo dos tempos, de acordo com as condições históricas de cada sociedade, desenvolvendo e acumulando os problemas específicos da mulher. Muito embora a emancipação da mulher não se dê nos marcos do capitalismo, é justamente nesta sociedade que o movimento de mulheres se expande mais intensamente. O desenvolvimento industrial favorece a incorporação da mulher no mercado de trabalho e ela, então, passa a tomar consciência social das injustiças de que é vítima e defender seus direitos negados. Isso ocorreu também em nosso país. Nos últimos anos, aumentou consideravelmente o número de brasileiras trabalhadoras. Dados de 1982 indicam a existência de 16 milhões de mulheres trabalhadoras.

A mulher organizou seu movimento próprio com um programa especial de ações e bandeiras que vão desde a defesa da liberdade, anistia, direito de greve, creches, trabalho etc. Muitas são as correntes de opinião que procuram direcionar o movimento. E há razões muito objetivas para que tal ocorra. A necessidade das mulheres se aglutinarem e se mobilizarem em torno de sua libertação atinge um contingente feminino cada vez maior, independente de sua condição social, pois todas as mulheres sofrem algum tipo de discriminação. É natural, portanto, que surjam concepções conflitantes com os interesses da grande maioria das mulheres. Há os que procuram combater a opressão feminina desvinculando-a da luta de classes, isolando as mulheres em guetos. Consideram que a libertação feminina é tarefa de elites ou de pequenos grupos de mulheres intelectuais que farão teses e pesquisas sobre a força feminina. Chegam, inclusive, a elaborar textos com importantes dados acerca da condição feminina que podem contribuir para a luta de emancipação da mulher, mas que por si sós não introduzem mudanças mais globais. Às vezes incorrem em ações sectárias que criam sérias dificuldades ao movimento.

Somos de opinião que a luta pela emancipação da mulher deve ser uma conjugação de esforços para que ela, ao combater toda a discriminação que impede ou limita sua participação social, se engaje na luta política em curso. Dessa forma facilitará o seu entendimento a respeito da sua opressão e de suas verdadeiras causas. É necessário conquistar espaços políticos em toda a sua dimensão para que um

dia as mulheres e os homens possam exercer o poder político e econômico de forma justa e igualitária. Procuramos desenvolver essas idéias e relações novas entre homens e mulheres para juntos construirmos a nova mulher e o novo homem.

O movimento de mulheres pertence a milhões e milhões de brasileiras, cuja grande maioria é de trabalhadoras que anseiam por uma organização ampla, democrática, que lute pela liberdade e por seus direitos. É com essa preocupação que atuamos nós, da União de Mulheres de São Paulo. A perspectiva de nossa luta é a conquista de espaços políticos cada vez mais amplos para as mulheres. Temos o compromisso de mobilizar as mulheres para a participação no processo de instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, quando pela primeira vez na história brasileira poderão contribuir de maneira organizada e efetiva na elaboração de uma nova Constituição.



César Diniz

Maria do Socorro

• A participação da mulher operária

A mulher representa mais da metade da população do país. Num processo de luta democrática ou popular sua participação é decisiva.

Considerando a situação em que a mulher se encontra hoje em nosso país, temos muito o que fazer no sentido de mobilizá-la e organizá-la. A dominação e a opressão que pesam sobre a mulher são ainda muito fortes. É ainda uma parcela pequena que reage participando da vida social, do movimento progressista.

Apesar disso, nesses últimos anos cresceu muito a participação da mulher nos movimen-

tos pela anistia, contra a carestia, por creche, por aumentos de salário e em todas as memoráveis manifestações pelo fim do regime militar, como a campanha pelas eleições diretas e pela vitória do candidato único das oposições.

Sabemos que todas as mulheres sofrem o problema da discriminação, mas a dupla opressão, ou seja, a escravidão familiar e a exploração capitalista, só a mulher operária e popular é que sofre.

A dupla opressão leva-a a uma situação de desvantagem no enfrentamento dos problemas porque a mulher fica envolvida por uma série de tarefas que recaem sempre sobre os seus ombros, além dos problemas de sobrevivência e dos preconceitos.

Mas o fato de enfrentar lado a lado com o homem as condições de exploração impostas pelo capitalismo exige um novo tipo de mulher, que surge à medida que é obrigada a deixar de ser dependente, dócil. À medida em

que tem que "se virar" e produzir tanto quanto o homem. A mulher começa a tornar-se dona de si própria e a entender a necessidade de se unir com o conjunto dos explorados para lutar contra todo o tipo de exploração.

Somente no socialismo poderá haver igualdade de direitos, porque o novo regime social transmite as funções econômicas e educativas da vida doméstica individual para a sociedade.

Exatamente por isso, a causa da emancipação da mulher está intimamente vinculada à emancipação da classe operária. Diante disso, a conclusão a que chegam as mulheres com esta visão emancipacionista é de que é imprescindível a participação, a mobilização e a organização da mulher operária e popular para se conquistar a Democracia, o Socialismo, enfim, a emancipação da classe operária e de todo o povo.

Kate Kollwitz



CRISE E CONDIÇÕES DE SAÚDE NO BRASIL*

Luiz Roberto de Oliveira
Antônio Luiz Caldas Júnior**



Kate Kollwitz

Kollwitz

* Tema apresentado no Simpósio "Transição Democrática e Saúde" promovido pelo Centro de Estudos e Pesquisas Sociais (CEPS) — São Paulo, 02/02/85

** Colaboradores do Núcleo de Saúde do CEPS, Professores da Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP.

A discussão do tema crise e condições de saúde no Brasil é assunto de grande atualidade. Seja no meio científico, seja na grande imprensa, seja ainda nos debates políticos ou nas associações populares, multiplicam-se descrições e interpretações sobre a crise que se abate sobre a sociedade brasileira e seu impacto na saúde de nossa população buscando-se, de uma e outra maneira, fórmulas de interferências em seus efeitos.

Nos dias de hoje não se pode mais admitir que se procure responder como e por quê ocorrem as doenças sem que se evoquem categorias sociais de análise. Não se trata apenas de arrolar fatores biológicos e sociais que participariam destes acontecimentos. Trata-se sim, de admitir saúde-doença como um fenômeno essencialmente social, onde elementos de "ordem natural" (biológica) submetem-se ao contexto social onde vivem os homens e a sua História.

Assim, será no estudo e na compreensão da estrutura social em que vivemos que encontraremos as explicações últimas sobre as atuais condições de saúde da população brasileira.

É o que pretendemos fazer neste artigo.

Questões relativas à política de saúde e à organização da assistência médica não serão objeto da presente análise. A complexidade e a importância deste assunto exigiriam considerações de tal ordem que fugiriam aos limites deste artigo.

CRISE E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Representantes de dezenove países da América reunidos em Manágua, no II Seminário Latino-Americano de Medicina Social, em 1982, subscreveram Declaração em que se lê "... a profunda crise em que está mergulhado o capitalismo no mundo está sendo descarregada sobre os trabalhadores e a maioria da população de nossos países, o que se traduz em uma acentuação da miséria, em um aumento do desemprego, numa piora ainda maior das condições de vida e de trabalho e numa redução da cobertura e da qualidade dos serviços, com a conseqüente deterioração dos perfis de saúde" (1)

Dois anos já passaram e o que se viu foi o aprofundamento da crise capitalista, não apenas em seu núcleo econômico como também em suas expressões sociais, políticas e culturais. Tornam-se, assim, mais visíveis e alar-

mantes os seus efeitos sobre as condições de vida e saúde dos povos latino-americanos.

É preciso alertar, porém, que nem tudo é crise. As condições de vida e saúde das populações dos países capitalistas dependentes nunca foram satisfatórias, mesmo nos períodos de maior desenvolvimento. Nestas ocasiões são preservadas as diferenças existentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre suas diferentes regiões, entre as classes sociais. Mantém-se o desemprego, a insuficiência dos salários enquanto que, as condições de trabalho, moradia e assistência médica continuam precárias.

As crises são ocorrências inerentes ao desenvolvimento capitalista, momentos em que as mazelas do capitalismo e do Estado burguês, especialmente as desigualdades sociais e políticas, apresentam-se em toda a sua plenitude.

Na era do imperialismo, os maiores sofrimentos cabem aos países subdesenvolvidos, sobre os quais se descarrega grande parte das dificuldades geradas nos desenvolvidos. Deste modo, a situação de muitos países é de quase insolvência, submetidos que estão ao capital estrangeiro. Este é o caso também do Brasil.

Há três décadas o Brasil começou a intensificar sua industrialização. Operaram-se profundas modificações na sua realidade econômica, política e social. Cresceram a produção industrial, agrícola e energética, ampliou-se a prestação de serviços, intensificou-se o comércio exterior. Porém, este modelo de desenvolvimento baseado na concentração da propriedade e da riqueza e na centralização do poder político, longe de atender às necessidades populares, só fez agravar as desigualdades sociais e a dependência ao capital estrangeiro.

Este processo de desenvolvimento e crise, de dependência e monopólio, de riqueza e miséria, alterou tanto os elementos materiais da produção como a composição numérica, social e geográfica da força de trabalho.

A urbanização é um processo presente em todas as regiões brasileiras. Passamos de 31,2% de taxa de urbanização em 1940 para 67,6% em 1980 (2). Estabeleceu-se intenso fenômeno migratório, reflexo do desenvolvimento industrial, das transformações operadas no trabalho rural e da expansão da fronteira agrícola.

Importantes são as modificações operadas

na composição da população economicamente ativa (PEA). Nos últimos quarenta anos decresceu a participação da PEA no setor primário de produção enquanto cresceu nos setores mais modernos da economia (indústria, atividades sociais, transportes, comércio e serviços). Os assalariados, especialmente os proletários urbanos e rurais multiplicaram-se respectivamente. A classe operária concentrou-se nos grandes centros industriais da região sudeste.

Todo esse processo de transformação econômica, de migração desordenada e de proletarização, provocou evidente impacto na vida e na saúde de nosso povo.

CONDIÇÕES DE SAÚDE

A população brasileira cresceu sete vezes nos oitenta anos deste século. Às custas do processo de modificações econômico-sociais há pouco referido, e da introdução de eficientes medidas de profilaxia e tratamento de doenças, ocorreu um descenso das taxas de mortalidade com o conseqüente aumento da esperança de vida ao nascer, de acordo com

os dados abaixo:

Ano	Nº de hab. (milhões)	Mortalidade (por 1.000 hab.)	Esperança de vida ao nascer (anos)
1.900	17.438	33,7	29,1
1.920	30.636	34,5	28,2
1.940	41.165	38,5	24,1
1.960	70.119	51,7	14,7
1.980	119.071	60,5	9,0

Fonte: Radis (dados 2), março de 1.982

Apesar disto, podemos afirmar que a situação de saúde do povo brasileiro ainda é grave, espelhando-se nas elevadas cifras de ocorrência de algumas doenças, cujos contextos causais têm em comum a presença de fatores ligados à pobreza e ao subdesenvolvimento (ver tabela 1). Doenças como a tuberculose, o sarampo, as parasitoses intestinais e as diarreias, embora cosmopolitas, encontram-se hoje praticamente restritas a países da Ásia, África e América Latina que têm em comum expressivos contingentes vivendo na miséria

TABELA 1
NÚMERO DE CASOS DE ALGUMAS DOENÇAS E RESPECTIVOS
COEFICIENTES DE MORBIDADE (CASOS / 1000 HABITANTES),
BRASIL, 1979.

Doenças	Nº de casos	Coefficiente de Morbidade
Esquitossomose	9 a 12 milhões	77 a 103
D. Chagas	6 a 8 milhões	52 a 69
Malária	150 mil	1,3
Tuberculose	1 milhão	8,6
Desnutrição	50 milhões	430
Imunizáveis	160 mil	1,4
Parasitoses	60 milhões	517
Diarréias Infantis	15 milhões	129

TABELA 2
MORTALIDADE PROPORCIONAL POR IDADE, SEGUNDO REGIÕES
DO BRASIL E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA,
EM 1980 E ANOS PRÓXIMOS.

Regiões e Países	Mortalidade Proporcional (*%)	
	1 ano	50 anos
Norte	31,7	34,4
Nordeste	34,4	39,1
Sudeste	20,4	53,2
Sul	18,2	56,1
Centro-Oeste	21,5	42,8
Brasil	24,2	48,9
E.U.A.	2,4	85,0

* n.º de óbitos em determinada idade / n.º total de óbitos

Fonte: Barros, M.E. de A. Considerações sobre a mortalidade no Brasil, em 1980. *Rev. Saúde Pública*, S. Paulo, 18: 122-37, 1984.

da zona rural, ou em cortiços e favelas na orla urbana, sem saneamento básico, sem assistência médico-sanitária, sem emprego ou subempregados e passando fome. A esquistossomose, a doença de Chagas e a malária, onde quer que ocorram, atingem a raça que atingirem, sempre têm suas incidências favorecidas pela provisoriedade e pela situação de total abandono em que vivem as massas camponesas, que não cessam de buscar um lugar onde possam se fixar e produzir alimentos para si e para todo o povo. Neste perambular levam consigo e criam condições para a proliferação destas endemias, adoecem e prosseguem, agora, a semear novos casos, até mesmo na zona urbana, disseminando a incapacidade produtiva e a morte precoce. São sujeitos e objetos deste processo cuja determinação lhes foge ao controle imediato, imposto que é pela força do modelo econômico e social.

Embora, em 1.980, tivessem ocorrido 9 óbitos para cada mil habitantes, igualmente ao que se verificou nos EUA, a mortalidade geral no Brasil tem um significado muito diferente da daquele país. Enquanto aqui 24% dos óbitos ocorreram em menores de 1 ano, lá os óbitos deste grupo etário representaram apenas 2,4% do total. Por sua vez, os óbitos ocorridos a partir dos 50 anos de idade predominaram nos EUA, enquanto que no Brasil não atingiram sequer a metade do total.

Esta disparidade entre os níveis de saúde de

duas nações do mundo capitalista, uma imperialista e outra dependente, reproduz-se internamente no Brasil, entre as diferentes regiões. A tabela 2 revela que as regiões mais prósperas, de agricultura mais moderna e produtiva, de maior atividade industrial, maior grau de urbanização, maior concentração da renda nacional e maior oferta de serviços de toda natureza, inclusive aqueles diretamente ligados à saúde, como são as regiões Sul e Sudeste, são as que apresentam os maiores percentuais de óbitos acima de 50 anos e os menores abaixo de 1 ano. Em contrapartida, no Norte e Nordeste, cerca de 1/3 das mortes ocorrem em crianças que não completaram seu primeiro ano de vida, ao passo que apenas um outro terço conseguirá morrer além dos 50 anos. Este é o retrato da miséria e do atraso social.

Para melhor compreender estes diferentes padrões etários de mortalidade, cabe conhecermos as causas de morte. Na tabela 3, resumimos alguns dados a este respeito: nota-se facilmente que nos EUA, predominam as mortes decorrentes das chamadas "doenças do desenvolvimento" ou "da vida moderna" tais como as doenças circulatórias (principalmente infarto do miocárdio e acidentes vasculares cerebrais) e os cânceres. No Brasil, ao contrário, ainda subsistem as causas características do subdesenvolvimento, especialmente por doenças infecciosas e parasitárias, incidentes de modo especial na região Nordeste.

TABELA 3
RAZÃO DE MORTALIDADE PROPORCIONAL (%)*, SEGUNDO OS
PRINCIPAIS GRUPOS, REGIÕES DO BRASIL E
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1980.

Áreas	Grupos de causas			
	Infecciosas e Parasitárias	Circulatórias	Neoplasias	Mal Definidas
Brasil	11,8	32,1	10,4	21,5
Nordeste	21,0	24,3	7,4	48,6
Sudeste	9,1	34,5	10,8	9,6
EUA	0,9	50,9	20,9	1,6

* n.º de óbitos por determinado grupo de causas / n.º total de óbitos

Fonte: Barros, ME. de A. — Considerações sobre a mortalidade no Brasil, em 1980. Rev. Saúde Pública, S. Paulo, 18: 122-37, 1984.

Cabe ressaltar ainda que nesta região, em 1.980, 48,6% dos óbitos foram classificados como decorrentes de “sinais, sintomas e afecções mal definidas”, isto é, decorrentes de causa imprecisa, quase sempre, pela ausência de assistência médica.

Mas o Brasil não é um país onde se morre apenas em consequência da desnutrição, da falta de saneamento, da má assistência à gravidez e ao parto, da precariedade dos serviços de saúde. A industrialização trouxe consigo padrões de mortalidade próprios dos países desenvolvidos, fazendo com que as doenças cardio-vasculares sejam também hoje importante causa de morte em nosso país. O mesmo operário que padece da falta de saneamento submete-se ao “stress” da linha de montagem. O mesmo lavrador que se expõe aos agentes da malária ou da esquistossomose é vítima das intoxicações produzidas pelos modernos defensivos agrícolas.

Mesmo no Estado de São Paulo, carro-chefe da economia nacional, áreas distando entre si algumas poucas centenas de quilômetros revelam níveis de saúde muito díspares. De um lado, a Grande São Paulo reúne o maior pólo de desenvolvimento industrial do país; de outro, a sub-região de Capão Bonito, ao sul do Estado, exprime o atraso econômico, onde predominam latifúndios e minifúndios, técnicas e relações de produção anacrônicas. Estes contextos explicam a diversidade dos padrões de mortalidade aí encontrados, em 1.982:

	Grande S. Paulo	Capão Bonito
Mortalidade Geral (por mil habitantes)	6,31	8,60
Mortalidade Infantil (p/ mil nasc. vivos)	52,28	79,80
Natimortalidade (p/ mil nasc. vivos)	11,61	28,67

(Fonte: SEPLAN/Fundação SEADE — 1.984)

BUSCANDO EXPLICAÇÕES

A constatação deste quadro sanitário nos obriga a procurar explicações que possam justificá-lo. Baseados em numerosos estudos, podemos afiançar que por trás destes diferentes padrões de saúde encontram-se condições de vida, expressas na disponibilidade, na qualidade e no acesso à alimentação, moradia, transporte, lazer, educação, saneamento, serviços médicos etc.

A título de ilustração, vejamos alguns destes indicadores de condições de vida. Inicialmente, a percentagem de população urbana adequadamente servida de água e esgoto, nas regiões Nordeste e Sudeste, em 1980 (3)

	ÁGUA (%)	ESGOTO (%)
NORDESTE	59,5	31,7
SUDESTE	83,0	69,5

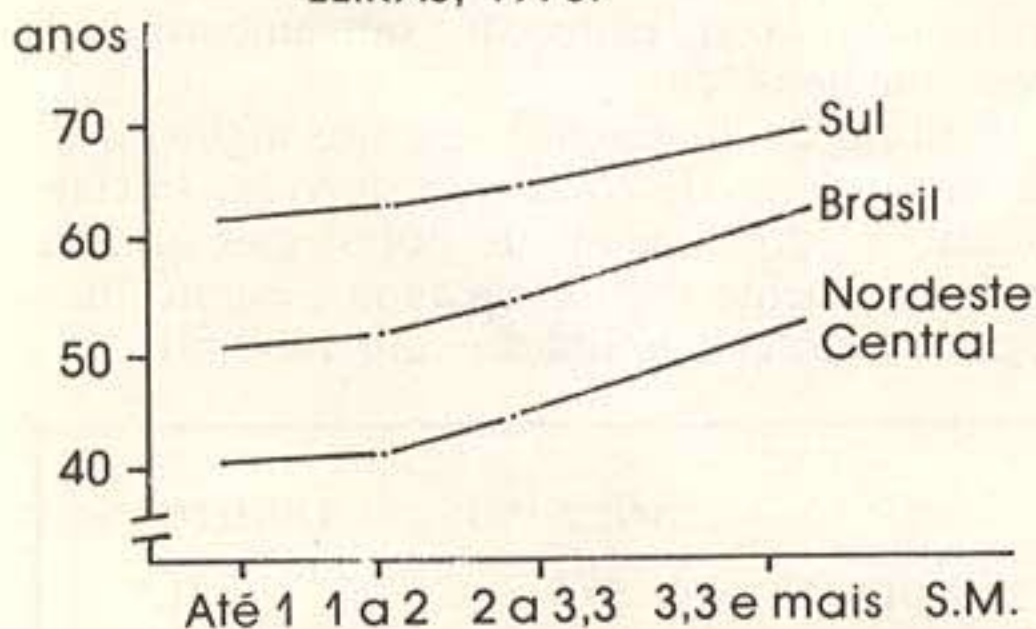
Também era desigual a distribuição de médicos naquelas regiões, em 1980 (4):

Número de Habitantes por Médico		
	Capitais	Interior
NORDESTE	642	7.577
SUDESTE	513	1.820

Quantos fossem os indicadores utilizados, tantas seriam as repetições destes resultados. Vamos, por isso, nos deter num indicador de especial importância, que é a distribuição da renda. Embora saibamos que não são os diferentes extratos de renda que determinam a existência de classes sociais, não podemos desconhecer que estes são um reflexo das relações econômicas de distribuição e, por consequência, das relações de produção. Nelas residem as causas mais íntimas da situação de saúde do povo brasileiro. Segundo dados das Tabulações avançadas do censo demográfico de 1980, do IBGE, 31,4% da população economicamente ativa recebia, em 1980, rendimentos inferiores a 1 salário mínimo mensal. Que outra condição de saúde poderíamos esperar para os nordestinos, quando, segundo as mesmas tabulações, 2/3 de sua população economicamente ativa percebe menos de 1 salário mínimo ao mês ou trabalha sem auferir qualquer rendimento? Mais ainda, 24% desta população sequer atinge a faixa de meio salário mínimo mensal!

A saúde e a perspectiva de sobrevivência relacionam-se intimamente à disponibilidade de

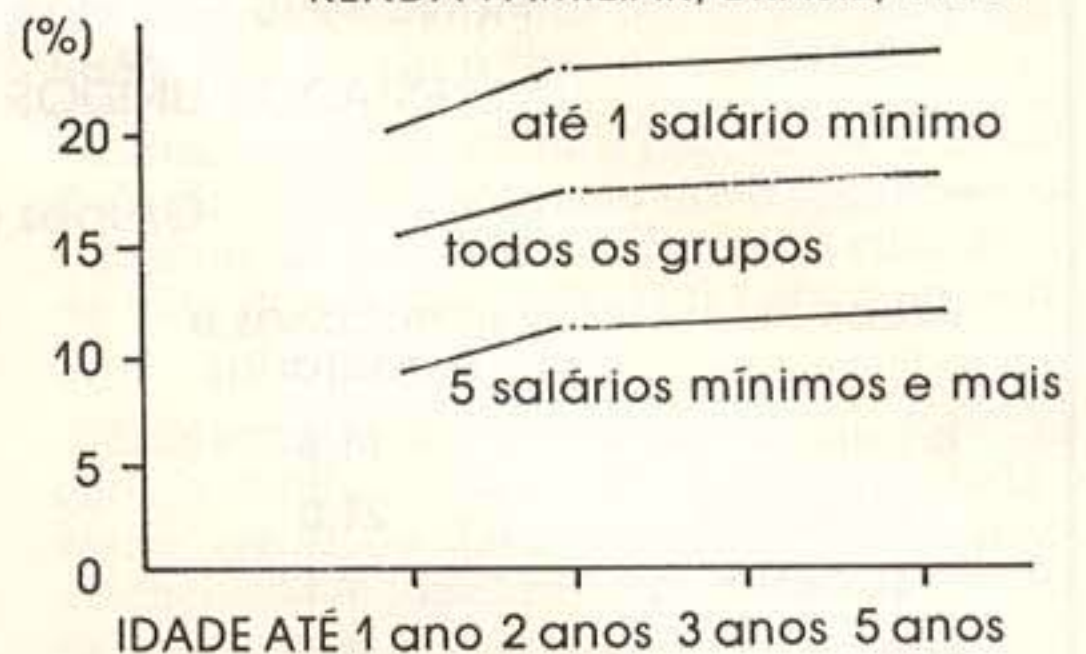
FIGURA 1 — ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, SEGUNDO GRUPOS DE RENDA FAMILIAR (*) E REGIÕES BRASILEIRAS, 1970.



(*) Valores próximos ao Salário Mínimo do Distrito Federal

Fonte: Carvalho, J.A. "Renda e Concentração da Mortalidade no Brasil", *Estudos Econômicos*, 7:107-30, 1971.

FIGURA 2 — PERCENTAGEM DE CRIANÇAS FALECIDAS ANTES DE 1, 2, 3 E 5 ANOS, SEGUNDO GRUPOS DE RENDA FAMILIAR, BRASIL, 1976.



Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1981.

bens (materiais ou não) e à possibilidade real de consumi-los tendo em vista a satisfação das necessidades humanas. Nas sociedades, esta disponibilidade de bens guarda relação com o grau de desenvolvimento das forças produtivas e do progresso econômico. E, na sociedade capitalista, o acesso a estes bens está subordinado às relações de produção e à distribuição de renda delas decorrente. É na interação destes fatores que buscamos encontrar a explicação, por exemplo, para as diferenças de esperança de vida ao nascer nas regiões brasileiras segundo diferentes extratos de renda, como ilustra a figura 1. A região Sul, mais moderna e desenvolvida, oferecia à sua população uma esperança de vida claramente superior àquela do Nordeste, em 1970. Porém, em cada uma destas regiões a esperança de vida ao nascer era diretamente proporcional aos rendimentos, a ponto de que, no Nordeste, renda familiar inferior a um salário mínimo significava uma redução média de 12 anos de vida, quando comparada à faixa de 3,3 salários mínimos e mais.

Esta diminuição na esperança de vida ao nascer decorre, em grande medida, do excesso de mortalidade na infância também submetido às variações de níveis de renda. A figura 2 evidencia que passar da faixa de "5 ou mais salários mínimos" de renda familiar para a de "até 1 salário mínimo", resultava, em 1976, numa elevação aproximada do Coeficiente de Mortalidade Infantil de 50 para 120 óbitos em menores de 1 ano por mil nascidos vivos.

Sabe-se que a desnutrição é a principal causa associada destes óbitos infantis, decorrência direta da fome em que vivem as famílias de baixa renda. Por isto, seu estudo pode bem ilustrar a necessidade de relacionarmos saúde e condições de vida numa perspectiva mais

TABELA 4

Percentagem de crianças desnutridas de 1 a 5 anos, segundo regiões e a gravidade da desnutrição. Brasil, 1974-75.

REGIÃO	% DE DESNUTRIÇÃO		
	GRAU I	GRAUS II + III	TOTAL
ESTADO DE SÃO PAULO			
URBANO	32,1	5,3	37,4
RURAL	41,4	7,6	49,0
NORDESTE			
URBANO	44,7	16,6	61,3
RURAL	48,9	21,9	70,8

FONTE: SEPLAN-IBGE: *Perfil estatístico de criança e mães no Brasil, aspectos nutricionais, 1974-75*. Rio de Janeiro, IBGE, 1982.

abrangente. (Ver a este respeito o artigo "A fome do Brasil", PRINCÍPIOS n.º 7; dezembro de 1983).

Em meados da década passada, informações colhidas pelo IBGE, em domicílios do país inteiro, revelaram a grave situação nutricional em que se encontravam as crianças brasileiras, principalmente as residentes no Nordeste e na zona rural (ver tabela 4). Esta mesma pesquisa revelou que o consumo alimentar de 2/3 dos brasileiros era insuficiente e que ambos, prevalência da desnutrição e insuficiência alimentar, eram mais graves entre as parcelas de mais baixa renda. O consumo alimentar médio foi de 973 gramas/dia "per capita" para todo o Brasil, enquanto o mínimo aceitável seria 1000 gramas/dia de ração balanceada. O maior consumo médio foi na região Sul, na classe de despesa de 1 ou mais salários mínimos (1.446 g/dia "per capita") e o menor na região do Distrito Federal, na classe de despesa menor que 0,2 salários mínimos (367 g/dia "per capita") (5). Consumos médios superiores ao nacional foram observados somente nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul como um todo e nas classes de despesa mensal de "0,5 ou mais salários mínimos", na maioria das regiões.

Porém, a variação de renda não se relaciona somente à maior ou menor possibilidade de adquirir alimentos. Sabe-se que, no período de 1958 a 1969 (6), a despeito da redução de 40% no valor real do salário mínimo do chefe de uma família trabalhadora típica da cidade de São Paulo, a renda familiar pouco se alterou. Isto foi possível às custas da duplicação

do número de membros familiares ocupados, especialmente da incorporação das mulheres à força de trabalho. Não teria este fato determinado uma piora nas condições de saúde e nutrição das crianças, uma vez que, pela inexistência de instituições apropriadas (creches, por exemplo), ficam estas entregues aos cuidados nem sempre satisfatórios de vizinhos ou parentes?

Também a disponibilidade de alimentos resulta do conjunto de fatores ligados à sua produção e comercialização. Por trás da escassez e do elevado custo dos alimentos básicos estão certamente: a existência de uma estrutura agrária baseada na concentração da propriedade e na sobrevivência de formas arcaicas de produção; a política de privilégios à produção destinada à exportação e à agro-indústria em detrimento da produção da ração básica do brasileiro e em atenção aos interesses do capital internacional; e a política de monopolização do comércio atacadista, dentre outras causas.

Esta breve análise procura demonstrar que as causas da desnutrição decorreram, em última instância, das características do desenvolvimento imposto ao Brasil e que ações destinadas a superar este modelo, também serão capazes de erradicar a fome e suas sequelas.

DA CRISE À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

O custo de vida dispara. Crescem a recessão e as falências. O desemprego atinge milhões de trabalhadores. O salário mínimo real atingiu em 1984, o menor valor dos últimos 33 anos. (7)

Se, em 1980, 31,4% da população economicamente ativa não recebia sequer 1 salário mínimo mensal, em 1984 esta percentagem ampliava-se para 40%. (8) Isto para citarmos apenas uns poucos indicadores econômicos.

O agravamento de uma situação cronicamente precária de vida se refletiu no nível de saúde da população. Embora muitos de seus efeitos só venham a ser conhecidos a médio e longo prazo, e os dados disponíveis ainda sejam poucos, já surgem evidências deste fato.

Na Grande São Paulo, por exemplo, o coeficiente de mortalidade infantil volta a crescer a ponto do Secretário Estadual de Saúde afir-

mar que “estamos em situação de epidemia de fome, com desemprego e salário insuficientes” (...) “Não é uma questão de vacinas ou de programas de saúde”, afirmou Yunes, para quem a solução do problema depende de uma política de reforma agrária, que evite a migração. (9)

Outro exemplo ilustrativo é o da malária, que nos últimos 3 anos teve seu número de casos multiplicado, na quase totalidade dos estados brasileiros. Assim, de janeiro a outubro de 1984, já haviam ocorrido, no Brasil, 291.448 casos conhecidos de malária, contra 187.356 casos em igual período de 1982 (10). A ocupação desordenada da fronteira agrícola e das zonas de mineração fez com que a maioria destes casos se concentrassem em Rondônia (114.607), no Pará (99.646), no Maranhão (20.180) e em Roraima (12.585). Além disso, pelas duras condições de vida e trabalho, acabam voltando muitos destes migrantes, doentes e desiludidos, a seus estados de origem (como Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, dentre outros). E neste retorno, multiplicam o número de casos de malária em Estados onde esta doença estava em vias de erradicação. São os reflexos da crise e de uma política agrária essencialmente injusta.

Mas, se os tempos atuais são de crise, também são de perspectiva de mudança. Neste momento, trava-se no seio das forças democráticas um intenso debate e formulam-se inúmeras teses acerca da questão da saúde, muito especialmente da organização dos serviços de assistência médica. Esta discussão ordena e expõe propostas que há muito vinham sendo elaboradas por profissionais da saúde, políticos e pelos setores populares organizados. Elas podem assim ser resumidas: universalização do atendimento; ampliação e estabilização da rede de assistência primária; ampliação do investimento público no setor e de sua capacidade instalada; redistribuição e municipalização dos serviços; descentralização de decisões e participação dos trabalhadores na gestão dos órgãos de assistência e previdência; e nacionalização da produção de equipamentos e medicamentos.

Entretanto, grande parte deste debate está circunscrito ao ambiente da prestação de serviços de assistência médica e, mesmo reconhecendo a extrema relevância deste aspecto, não podemos esquecer que a melhoria dos níveis de saúde da população passa necessariamente

por outros caminhos. Passa pela elaboração de uma política abrangente de saúde, pela execução das reformas agrária e urbana, pela ampliação do mercado de trabalho e do desenvolvimento econômico, pelo combate à dominação estrangeira.

Medidas, portanto, de natureza patriótica e democrática porque voltadas, tanto para a proteção do interesse popular e nacional, como para a promoção do acesso de milhões de brasileiros ao emprego, à moradia, à alimentação, ao saneamento, aos serviços de assistência à maternidade e infância, à assistência integral à saúde, à educação, enfim a uma vida digna.

Acreditamos que o momento é oportuno para tais pretensões. Elas poderão viabilizar-se pelo empenho organizado das forças populares e dos setores progressistas aliados do proletariado urbano e rural.



NOTAS

- (1) Citado por Saul Franco em “La Crise en América Latina y en Caribe” — III Seminário Latino-Americano de Medicina Social, nov. 84, Ouro Preto (MG).
- (2) IBGE — Anuário Estatístico do Brasil, 1981
- (3) IBGE — “Sinopse Preliminar do Censo Demográfico” — 1980
- (4) CIEP/MF — IBGE
- (5) Dados do artigo “Desnutrição: Notícia de Jornal” — Ciência Hoje, março/abril de 1983.
- (6) DIEESE — “Família Assalariada: padrão e custo”. Estudos Sócio-Econômicos, Janeiro de 1974
- (7) Retrato do Brasil (vol. 3), São Paulo: Ed. Política, 1985.
- (8) “Dieese rejeita Fiesp e diz que salários reais cairam” — Folha de São Paulo, 1/2/85.
- (9) “Mortalidade infantil sobe 14,5% na Grande São Paulo” — Folha de São Paulo, 3/1/85.
- (10) Ministério da Saúde — “Informações epidemiológicas Sucam” (24), outubro 1984.



BÓIAS-FRIAS

NOVA FORÇA EM ASCENSÃO NA LUTA DO CAMPO

Adelina Bracco *

O processo de desenvolvimento da agricultura estabeleceu novas relações de trabalho e encontrou no trabalhador rural volante a solução mais barata para a rápida e intensa acumulação. Enfrentando desafios, ele vê crescer sua organização nas regiões mais ricas do país.

Cortadores, colhedores, apanhadores, levas humanas em busca de trabalho para sobreviver, sem o amparo de direitos universalmente reconhecidos, contingente que forma o último elo da cadeia social no campo, sinal mais expressivo da modernização da agricultura com base no monopólio da terra e voltada para o mercado externo.

É esse o perfil de mais de um milhão de assalariados rurais temporários (número, aliás, que cresce ininterruptamente) com denominações diferentes conforme a região: bóia-fria, volante, pau-de-arara, peão, corumba, clan-

destino, diarista, tarefeiro, safrista, camarada, biolo.

No Estado de São Paulo, o mais rico do país, principal região produtora de açúcar e álcool, há a maior concentração de trabalhadores rurais temporários, chegando à casa dos 400 a 500 mil, conforme dados mais recentes.

Entre eles, traços comuns: a miséria multiplicada a cada ano, a exaustão das forças, a vida em áreas de permanente tensão e violenta repressão contra as revoltas causadas pela fome. A cada ano, também, os trabalhadores avançam no rumo da conquista de sua organização, somando forças ao potencial revolucionário de mais de 6 milhões de assalariados que formam o proletariado rural brasileiro. A organização evoluiu em poucos anos garantindo ao sindicalismo rural um notável espaço

* Jornalista e colaboradora da revista "Princípios"

na luta geral dos trabalhadores.

Os assalariados rurais tornaram-se alvo das atenções nos últimos tempos. Primeiro, na zona canavieira de Pernambuco, a partir de 1979, palco de importantes greves após o golpe militar de 64. Mais tarde, em 1984, foi a vez de Guariba, pequena cidade da região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Isso sem falar nos movimentos que surgiram em Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Paraíba, Pará, onde os trabalhadores volantes se levantaram para protestar contra a superexploração.

Como prenúncio das próximas mobilizações, em janeiro passado, espalhou-se na região de Ribeirão Preto, em plena entressafra, a greve de 30 mil bóias-frias durante dez dias, levantando um problema que se torna cada vez mais agudo com a redução de áreas de culturas voltadas para o mercado interno e crescimento daquelas voltadas para o mercado externo (café, soja e laranja) e cana-de-açúcar.

METAMORFOSE

As pesquisas em torno dos trabalhadores rurais, especialmente os bóias-frias, têm crescido lentamente. Uma das dificuldades reside no fato de as estatísticas oficiais não trazerem números diretos a respeito do problema. Todos os que se dedicam a esse estudo realizam verdadeiros malabarismos numéricos para chegarem a uma idéia aproximada da magnitude da mão-de-obra volante.

Contudo, as pesquisas convergem para o reconhecimento de que a formação do assalariado rural temporário está na razão direta do desenvolvimento da agricultura capitalista, sobretudo pela forma como se deu no Brasil, conservando e ampliando a grande propriedade rural, concentrando o crédito e a assistência técnica, e, como causa e consequência, concentrando desmedidamente a renda.

Essa forma de penetração capitalista na agricultura impede o acesso democrático de milhões de camponeses à terra, provoca a crescente proletarização do homem do campo, obrigando-o a vender sua força de trabalho a preços injustos ou emigrar para a cidade em busca de melhores condições de sobrevivência. Visto por outro ângulo, o rompimento do antigo arcabouço com a substituição das relações de trabalho pré-capitalistas — a parceria, o colonato, o pequeno-proprietário, o semi-assalariado — pelas relações de trabalho capitalistas fez com que surgisse a mão-de-obra despojada dos meios de produção, tendo a sua força de trabalho como única mercadoria para venda.

Segundo a pesquisadora Ângela Kageyama, em artigo publicado no boletim da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) n.º 5, no caso brasileiro, os momentos que marcam a formação desse mercado de trabalho “podem ser sintetizados nas figuras do escravo, do colono (ou outras formas regionais como o morador e o agregado), do assalariado permanente e, finalmente, do ‘bóia-fria’”. No caso do escravo e dos trabalhadores residentes nas propriedades, o proprietário-capitalista era obrigado a manter a mão-de-obra na fazenda, garantindo a sua subsistência e reprodução durante todo o ano, e não apenas nos períodos de demanda efetiva de trabalho”. Analisando a dinâmica no meio rural ela acentua que “na medida, porém, em que as forças capitalistas conseguem aumentar a fluidez do mercado de trabalho rural e, mais do que isso, conseguem unificá-lo com o mercado de trabalho urbano, torna-se possível reestruturar o emprego agrícola. Agora, o trabalhador pode ser chamado apenas durante os momentos em que se faz necessária a aplicação efetiva de sua força de trabalho no processo produtivo, sendo que nos demais períodos do ano, outros capitais particulares (na própria agricultura, na construção civil, nas agroindústrias etc.) poderão se encarregar de garantir a sua reprodução”.

IMPACTO

O modelo econômico implantado pelo regime militar, abrindo as portas do país à penetração do capital estrangeiro, forçou o campo a empreender profundas modificações para atender as exigências do mercado externo e interno. Foi especialmente durante as duas últimas décadas que o impacto da modernização agrícola pôde ser sentido em maiores proporções, fenômeno este que atingiu o Estado de São Paulo antes que os demais e diferentemente devido a sua posição na economia nacional.

No Estado, a utilização da mão-de-obra volante cresceu a taxas elevadas. De acordo com os pesquisadores José Garcia Gasques e Rubens Valentini, no trabalho “Relações estruturais da oferta e demanda de volantes no Estado de São Paulo”, entre 1964 e 1970 o número de volantes passou de 226 mil para 350 mil. Dados de 1980 fornecidos pelo Instituto de Economia Agrícola apontam 347.525 como média anual de trabalhadores volantes, ao passo que no ano seguinte, Nelson Kazati Toyama revela que a mão-de-obra temporária estaria beirando os 500 mil, com a tendência de incremento em relação à residente.

Também a Secretaria de Estado de Relações do Trabalho em pesquisa sobre bóias-frias em 1984 aponta como sendo de 408.378 o número de volantes nas onze regiões administrativas do Estado. O destaque fica por conta da Região de Ribeirão Preto, detentora do maior número de volantes, 157.413, que representam 38,54% do total de trabalhadores rurais volantes do Estado, enquanto a colocada em segundo lugar, São José do Rio Preto, contribuiu com 13,02% do total. (veja quadro 1)

QUADRO 1

Regiões Administrativas do Estado de São Paulo	Número de Bóias-Frias
Ribeirão Preto	157.413
São José do Rio Preto	53.191
Campinas	44.861
Presidente Prudente	36.324
Sorocaba	34.920
Marília	31.102
Araçatuba	25.661
Bauru	23.453
Vale do Paraíba	793
Litoral	380
Grande São Paulo	280
ESTADO DE SÃO PAULO	408.378

Fonte: Secretaria de Estado de Relações do Trabalho / 1984

MONOCULTURA

O programa Nacional do Alcool (PNA), de dezembro de 1975, impulsionou o desenvolvimento da cultura canavieira no Estado de São Paulo. A meta é que o Estado contribua com 65% da produção nacional, fixada em 14,3 bilhões de litros de álcool para 85/86.

Também, das 374 destilarias brasileiras aprovadas até 12/12/83 pela CENAL (Comissão Executiva Nacional do Alcool) 129 estão em São Paulo, ou seja, 34,4%.

A área plantada com cana-de-açúcar, conforme o "3.º Levantamento das Previsões e Estimativas da safra 83/84" é de 1,77 milhão de hectares, área esta que representa 28% do total da área plantada com os 17 principais produtos do Estado, que abrange 6,26 milhões de hectares.

Dessa forma, a cultura da cana-de-açúcar foi a que apresentou maior expansão, correspondendo a alta taxa de crescimento anual da área no período de 1974/83, ao lado das culturas voltadas para o mercado externo (café, soja e laranja) enquanto que as de mercado interno (arroz, batata, mandioca, etc.), à exceção do feijão e do milho, apresentaram taxas de crescimento negativas.

A evolução da cultura canavieira está ligada à grande empresa agromercantil e à elevada concentração da propriedade da terra. Como o Estado não conta praticamente com terras ociosas, a expansão é feita em detrimento de outras culturas. (Vide quadro 2)

Por outro lado, essa situação tem seu impacto na absorção de mão-de-obra, se levarmos em conta que a cana tem a colheita muito concentrada em alguns meses do ano, ou seja, 84% se verifica nos meses de junho a setembro. O café, ao lado da cana, tem a colheita concentrada na base de 86% de junho a julho e a laranja, 88% de junho a dezembro. No caso da soja, devido à mecanização, a absorção de mão-de-obra é pequena. O impacto está em tornar a mão-de-obra preponderantemente sazonal, e já começa a haver sinais de agravamento das condições de vida dos assalariados temporários que na entressafra ficam à mercê de toda sorte de privações.

DOIS PÓLOS

Apesar da denominação "bóia-fria", a principal característica do trabalhador temporário não é tanto a forma como ele ingere sua refeição e sim a forma da contratação. Está inteiramente ao desamparo da legislação trabalhista uma vez que é contratado por tarefa. Como trabalhador sazonal pode ser empregado por dia, por semanas ou meses, geralmente não ultrapassando 4 ou 6 meses.

De um modo geral, eles moram nas periferias das cidades, em casas pobres, casebres, favelas, cortiços, nas vilas e povoados situados em áreas agrícolas ou à beira de estradas, enquanto os "sheiks" do álcool desfrutam de nababesca posição.

O "gato" — empreiteiro — intermediário entre o empresário agrícola e o trabalhador volante contrata verbalmente o trabalhador, e se encarrega do pagamento e da fiscalização da lavoura.

Um drama à parte é o do transporte dos volantes feito pelo "gato", na maioria das vezes, proprietário do caminhão. A falta de segurança, o excessivo número de trabalhadores carregados e a velocidade desenfreada têm feito vítimas fatais constantemente, e é um problema sempre levantado.

Em se tratando da jornada de trabalho, os assalariados temporários trabalham de 10 a 12 horas com o mínimo de tempo para almoço ou café. Somado ao tempo de viagem e de espera nos pontos de saída faz com que fiquem cerca de 18 horas fora de casa.

Todo o sacrifício resulta num ganho quase sempre inferior ao salário mínimo oficial fora

Quadro 2

ÁREA, PARTICIPAÇÃO E VARIAÇÃO PERCENTUAL DA ÁREA, PRINCIPAIS CULTURAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1974/75 E 1983/84

Produto	1974/75		1983/84		Variação da área 1983/84 em relação 1974/75
	área (1000 ha)	participação (%)	área (1000 ha)	participação (%)	
Algodão	368,0	7,21	238,0	3,80	-35,3
Amendoim	184,5	3,62	126,1	2,01	-31,7
Arroz	523,7	10,26	340,0	5,43	-35,1
Banana	34,1	0,67	38,3	0,61	12,3
Batata	32,3	0,63	21,4	0,34	-33,7
Café	800,0	15,67	867,9	13,86	8,5
Cana p/ind.	802,0	15,71	1.767,0	28,21	120,3
Cana/forragem	83,5	1,64	70,2	1,12	-15,9
Cebola	11,7	0,23	3,5	0,06	-70,1
Feijão	231,2	4,53	419,4	6,70	81,4
Laranja	401,0	7,86	561,9	8,97	40,1
Mamona	33,9	0,66	24,0	0,38	-29,2
Mandioca	58,8	1,15	47,1	0,75	-19,9
Milho	1.106,0	21,67	1.231,2	19,66	11,3
Soja	391,2	7,67	480,1	7,67	22,7
Tomate	32,2	0,63	17,8	0,28	-44,7
Uva	9,6	0,19	9,4	0,15	-2,1
TOTAL	5.103,7	100,0	6.263,3	100,0	22,7

FONTE: IEA (INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA)

Márcio Metzker



do tempo de colheita, e ligeiramente superior na safra, porém, sem qualquer dos benefícios conquistados pelos trabalhadores permanentes, como férias, 13.º, indenizações, descanso remunerado etc. No que diz respeito à assistência médica, ela é inexistente e se tornou reivindicação dos trabalhadores nos movimentos que realizaram.

Apesar de trabalharem de sol a sol, tanto quanto os homens, as mulheres recebem salários inferiores, e as crianças, empregadas geralmente a partir de 8 anos de idade, recebem um míngua salário apesar de já formarem um contingente razoável de volantes mirins que trocam a escola pela lavoura.

EVOLUÇÃO

No início do ano, com a greve deflagrada na região de Ribeirão Preto no bojo de uma situação explosiva de extrema carência de milhares de bóias-frias desempregados, vieram à tona denúncias sobre o não cumprimento do acordo de Guariba, resultante da greve de 1984, cujos principais pontos prendiam-se ao controle da produção, aumento salarial, garantias trabalhistas, equipamento de trabalho, entre os mais importantes.

A resistência dos proprietários de terras e culturas, a atender reivindicações, desde há muito conhecida, pelos trabalhadores rurais, tem sido estopim de várias greves, porém, na última, as cenas de brutal violência por parte da PM local contra os grevistas chocaram sobremaneira a opinião pública. Ficou patente a existência de milícias privadas de usineiros, fruto dos longos anos de arbítrio em que o país viveu mergulhado.

Diante disso, a Nova República que se quer implantar não condiz com o aparato até agora utilizado para repressão às reivindicações dos trabalhadores.

Há que se estabelecer um novo relacionamento governo/movimento sindical de acordo com o anseio do povo por amplas liberdades.

O problema do campo brasileiro e a situação dos assalariados rurais exige que se ponha na ordem do dia a discussão sobre a reforma agrária radical e geral, que facilite o acesso do camponês à terra, que sejam postos em prática os direitos conquistados pelos trabalhadores, partindo de uma posição democrática com relação às suas justas reivindicações.



Márcio Metzker

Sigaud



REFLEXÕES SOBRE A MORAL PROLETÁRIA (*)

M.I. KALÍNIN (**)



A moral ou ética existe desde o início da formação da sociedade humana, por cujo desenvolvimento econômico é determinada, não de um modo automático, naturalmente, mas com certo atraso, da mesma forma que toda a superestrutura ideológica, como o direito, a religião etc. Nos albores da sociedade humana a moral surgia das condições de existência, constituindo-se

(*) *Resumo do artigo publicado originalmente na revista soviética "Bolchevik", de janeiro de 1945.*

(**) *Mikhail Ivanovitch Kalinin (1875-1946) - Destacado dirigente do PCUS. Companheiro e ativo colaborador de Lênin e Stálin, dedicou-se à educação comunista, tema sobre o qual escreveu inúmeros artigos e pronunciou várias conferências, dando rica contribuição teórica e prática à educação da nova geração e à formação do novo homem, dotado de uma concepção de mundo proletária. O título e os intertítulos são da redação de PRINCÍPIOS.*

praticamente em determinadas normas de conduta dos homens.

Por certo, essas normas não eram registradas em nenhuma espécie de códigos jurídicos — naqueles tempos nem sequer existia a escrita — mas eu diria que não eram menos obrigatórias para os homens daquela época que os artigos jurídicos das atuais leis escritas o são para nós. A atitude para com a comunidade, o clã, a família, a atitude do homem para com a mulher e vice-versa, as relações da vida diária iam-se consolidando e convertendo-se em normas psicológicas aceitas por todos, na moral da sociedade.

MORAL — ARMA DAS CLASSES DOMINANTES



Com a divisão da sociedade humana em classes, com a aparição do Estado, também a moral, como é lógico, se transforma numa moral de classe, em arma poderosa nas mãos das classes domi-

nantes para a escravização das massas dominadas. Referindo-se à sociedade capitalista, Engels dizia que nela existem pelo menos três espécies de moral: “a da aristocracia feudal, a da burguesia e a do proletariado”.

“E como até o dia de hoje a sociedade se tem agitado nos antagonismos de classes, a moral sempre foi uma moral de classe; ou justificava a dominação e os interesses da classe dominante, ou representava, quando a classe oprimida se tornava bastante poderosa, a rebelião contra essa dominação e defendia os interesses do futuro dos oprimidos” (*).

As classes dominantes de cada época — a da escravidão, a feudal e a capitalista — procuravam encobrir sua dominação e apresentar seus exclusivos interesses de classe como interesses de todo o povo. Apresentavam sua moral de exploradores como uma moral de toda a humanidade, elevando-a à categoria de verdade eterna, cujas bases, situadas fora da sociedade humana, não dependem do homem nem de determinada formação social, mas emanam de Deus.

Com o passar do tempo, iam desaparecendo as velhas formações econômico-sociais e outras novas surgiam em seu lugar. Os problemas da moral transformaram-se em um ramo da ciência filosófica. Os filósofos metafísicos e escolásticos, dedicados ao estudo desses delicados problemas, justificavam a ordem vigente com leis morais baseadas em concepções transcendentais, isto é, inacessíveis ao entendimento humano. Isto não quer dizer que o trabalho secular dos metafísicos e escolásticos não tenha trazido resultados positivos para o desenvolvimento do saber humano e da lógica do pensamento. Mas, em geral, todos eles visavam um único fim: pôr a moral a serviço dos interesses das classes dominantes, justificar a opressão da maioria explorada pela minoria exploradora e reconhecer que o moral era precisamente essa situação.

A literatura da Europa Ocidental, apesar de servir em seu conjunto aos interesses da sociedade capitalista, produziu excelentes obras que estigmatizam o capitalismo. Assim, por exemplo, na novela “O tio Goriot” de Balzac (*) — um dos melhores conhecedores da sociedade burguesa — a viscondessa de Beau-séant aconselha ao estudante Rastignac:

“Quanto mais frios forem vossos cálculos, mais longe ireis. Feri sem piedade e sereis te-

(*) F. Engels, “Anti-Dühring”.

(*) Honoré de Balzac — célebre escritor francês (1799-1850). Autor de “A Comédia Humana” e de vasta obra literária.



mido. Não considereis os homens e as mulheres mais do que cavalos de posta que deixareis reventado em cada muda... Mas se chegardes a ter um verdadeiro sentimento, ocultai-o como um tesouro; que ninguém o perceba ou estais perdido. De verdugo vos converteríeis em vítima”.

A MORAL PROLETÁRIA EM TEMPO DE REVOLUÇÃO



forças”. (**). A nova moral penetrava no seio da classe operária e dos trabalhadores por dois caminhos convergentes: de uma parte, a propaganda realizada pelos intelectuais marxistas; de outra, o próprio capitalismo em ascenso, com sua feroz exploração do trabalho, impelia os operários à resistência. Por isso, a consciência da comunidade de interesses dos trabalhadores abria caminho rapidamente entre os operários, que assimilavam com facilidade os apelos à solidariedade internacional. A moral proletária ia-se formando no próprio ambiente operário: nas oficinas e nas fábricas. A propaganda marxista não fazia mais que ampliar a compreensão da ética proletária.

(**) V. I. Lênin, “Obras Escolhidas”, tomo II, pg. 838, ed. esp. 1948.

Por exemplo, os operários consideravam como um justo castigo o espancamento dos fura-greves, espiões, pelegos e capatazes desalmados que cortavam os salários. A solidariedade entre os operários, especialmente durante os conflitos com os patrões, era compreendida, quando não por todos, pelo menos pela imensa maioria. Isto, evidentemente, não quer dizer que os operários atuavam sempre solidariamente. Além dos espiões pagos pela administração e de seus agentes, havia entre os operários elementos arrivistas, que aspiravam tornar-se contramestres e ocupar algum posto administrativo e que, por isso, mantinham-se à margem.

Cada greve, cada luta de maior ou menor importância nas empresas era seguida de represálias: despedida dos chamados instigadores, listas negras e prisões. Os operários coletavam dinheiro para as vítimas e as ajudavam com tudo o que podiam. Havia até contramestres que contribuíam para as subscrições e, às vezes, ajudavam a colocar em outras fábricas os operários atingidos. Isto era considerado como um dever moral entre os operários.

Apesar de tudo, nos primeiros tempos tudo isto não tinha um caráter organizado. Somente com o desenvolvimento do movimento revolucionário, com o despertar da consciência de classe do proletariado, com sua transformação de classe em si em classe para si, começaram a formar-se qualidades morais como a honradez para com sua classe, a disciplina, o apoio mútuo, a abnegação na luta e o espírito de organização. Estes traços morais do proletariado constituíram a base da nascente moral socialista, que no regime capitalista se opunha à moral burguesa com seus cruéis e ferozes princípios: "O homem é o lobo do homem", "Cada um por si e Deus por todos", "Abre caminho na vida" etc.

O PAPEL DA INTELLECTUALIDADE REVOLUCIONÁRIA



A propaganda de nosso Partido trazia um elemento extraordinariamente enobecedor para o ambiente operário. Podemos dizer sem medo de errar que precisamente com a extensão da propaganda e da agitação marxista, com a organização dos círculos clandestinos, começou a formar-se a intelectualidade operária na Rússia. Os propagandistas e organizadores agru-

param os operários numa força compacta e organizada. E a moral revolucionária do proletariado por eles inculcada arraigou-se na massa operária mais profundamente do que parecia à primeira vista. A moral revolucionária não só abarcava o campo das relações sociais, mas também a própria vida da classe operária.

Em honra de nossa intelectualidade da época pré-revolucionária devemos dizer que de longa data surgiam de seu seio pensadores, pintores, literatos de talento, ardentes lutadores pelo bem do povo. O lugar da brilhante plêiade de populistas revolucionários foi ocupado, por direito próprio, pelos marxistas. Quem não conhece a apaixonada luta travada na literatura política de fins do século passado e princípios do atual entre o populismo e marxismo, as disputas sobre os caminhos do desenvolvimento da economia russa e do pensamento revolucionário? O fato de esta luta ter girado em torno dos princípios fundamentais foi determinado pela realidade pré-revolucionária: as greves e manifestações nas cidades pareciam competir com as insurreições camponesas e os incêndios de fazendas de latifundiários nas províncias de Khárkov, Poltava e outras.

Nesta luta contra a autocracia e a ordem feudal-burguesa ia-se formando o pensamento revolucionário marxista e se constituía, na base dos círculos operários dispersos, o Partido Social-Democrata, que, em 1903, depois da cisão com os mencheviques no II Congresso, começou a chamar-se Partido Operário Social-Democrata (bolchevique). Guiado por Lênin e Stálin, o Partido bolchevique, e com ele a classe operária, empreenderam firmemente o caminho marxista revolucionário de luta pela defesa dos interesses da classe operária. As idéias do marxismo revolucionário estendiam-se e se consolidavam entre os operários e se arraigava cada vez mais profundamente a idéia leninista da comunidade de interesses das massas operárias e camponesas na luta contra o czarismo, da necessidade da insurreição armada.

A revolução de 1905, apesar de seus limitados resultados e da derrota temporária da classe operária, elevou consideravelmente não só a consciência de classe dos operários, mas também a dos camponeses, enriquecendo a uns e a outros com a experiência revolucionária da luta sob a direção de nosso Partido. O povo se convenceu na prática da possibilidade de defender seus interesses de armas na mão. E isso, naturalmente, não podia deixar de in-

fluir na mentalidade do povo e refletir-se no seu estado de ânimo e em seus sentimentos morais e políticos.

Contrariamente ao que ocorria, por exemplo, no seio da intelectualidade burguesa, entre a pequena burguesia e a elite operária que aderiu aos mencheviques, onde em consequência da derrota da revolução se produzia uma queda brusca do moral revolucionário, entoavam-se cânticos fúnebres à revolução e se pregava o chamado egoísmo "legítimo" da personalidade, nosso Partido era o único que, a despeito do elemento pequeno-burguês, além de não arriar a bandeira da luta revolucionária, fortalecia suas fileiras, mantinha uma luta implacável contra todas as manifestações de oportunismo, eliminando de seu seio os companheiros de viagem. Este trabalho, cujo peso principal caiu sobre os ombros de Lênin e Stálin, em pouco tempo deu frutos.

A REVOLUÇÃO MODIFICA A MORAL



Sob a influência de nosso Partido, a revolução democrático-burguesa de fevereiro transformou-se na Grande Revolução Socialista de Outubro, coroada pelo triunfo completo do proletariado e dos camponeses pobres sobre o velho regime da Rússia czarista, sobre o capitalismo. Foi cruzado o Rubicon, começou uma nova vida. O povo seguiu um caminho novo, jamais explorado por ninguém e enfrentou uma grandioso objetivo: reorganizar sua vida sobre princípios novos, sobre princípios socialistas, livre da exploração do homem pelo homem. Isto exigiu a subversão radical das velhas relações sociais e, por conseguinte, foi preciso modificar também a fisionomia moral do homem.

E era natural, pois a reorganização da Rússia sobre novos princípios sociais e econômicos, a reorganização dum país em que se entrelaçavam de forma tão caprichosa as diferentes formas de produção e de vida social, exigiu de nosso Partido, de sua direção, uma enorme tensão de suas forças intelectuais, muitos anos de agitação e propaganda com o fim de cultivar nas massas a moral comunista. Marx e Engels diziam:

"Tanto para que esta consciência comunista brote em massa, como para alcançar o próprio objetivo, é preciso uma transformação em massa dos homens, possível unicamente num movimento prático, numa revolução; em consequência, a revolução é necessária não só porque nenhum outro meio é capaz de derrubar a classe dominante, mas também porque só numa revolução a classe que derruba pode libertar-se de toda a velha imundície e tornar-se capaz de edificar a nova sociedade". ()*

A Grande Revolução Socialista de Outubro elevou a moral dos povos da Rússia a um grau mais alto, transformando-a na moral mais avançada da sociedade humana. E não se trata de nenhum exagero; esta não é mais do que uma conclusão objetiva da realidade presente.

Isto não significa que um belo dia o povo amanheceu iluminado por uma graça repentina: a nova moral, a moral socialista. Marx já assinalava que a moral dos homens se atrasa em relação ao desenvolvimento econômico e que, por isso, não é possível extirpar de uma hora para outra, somente com a transformação revolucionária, todos os remanescentes do capitalismo.

A grandeza da doutrina marxista consiste, precisamente, em que Marx descobriu, na sociedade burguesa, a classe operária como a única força capaz de transformar a vida.

Lênin dizia que o que distingue o marxismo *"do antigo socialismo utópico é que este pretendia edificar a nova sociedade não com a massa de material humano, produto do capitalismo sanguinário, imundo, rapace, mercantilista, mas com seres muito virtuosos, criados em estufas e viveiros especiais. Agora todos se convenceram de que esta idéia é irrisória e a abandonaram; mas nem todos desejam ou são capazes de analisar a doutrina contrária exposta pelo marxismo, de analisar como se pode (e se deve) edificar o comunismo à base de uma massa de material humano corrompida por séculos e milênios de escravidão, servidão e capitalismo, de economia pequena e dispersa, de guerra de todos contra todos por um lugar no mercado, por um preço mais elevado dos produtos ou do trabalho". (*)*

(*) K. Marx e F. Engels, "Gesamtausgabe", ("Edição Conjunta"), t. IV, pg. 60, Moscou, 1933.

(*) V. I. Lênin, "Obras", t. XXIII, pag. 458, ed. russa.

PROCESSO LONGO E DIFÍCIL



Com efeito, não foi fácil às massas, assimilar a nova moral, a moral socialista. A princípio, a vitória do proletariado e dos camponeses pobres foi recebida com hostilidade até pela maioria dos intelectuais, sem falar nas classes derrubadas.

E inclusive a classe operária, e sobretudo o campesinato, não puderam renunciar de repente aos usos, costumes e tradições adquiridos durante séculos de domínio dos latifundiários e da burguesia. Nem todos os operários se davam conta de que, vivendo na sociedade capitalista, eram uns proletários sem lar e que, na realidade, não tinham pátria, pois esta era uma madrasta para eles; não compreendiam que só depois da Revolução de Outubro foi que deixaram de ser proletários deserdados para se converterem em cidadãos de um grande país, em membros iguais da coletividade de milhões de construtores do Estado socialista, em coproprietários de todas as riquezas do país, tanto das existentes como das potenciais.

O amor ao trabalho é um dos elementos fundamentais da moral comunista. Mas, unicamente com o triunfo da classe operária, o trabalho — condição imutável da existência humana — deixa de ser uma carga pesada e vergonhosa para transformar-se numa questão de honra e heroísmo.

Certa vez, antes da Revolução de Outubro, coube-me participar de uma reunião de operários em que se discutia a atitude que devíamos adotar para com o trabalho na oficina. Alguns opinavam que se trabalhávamos para o capitalista não era preciso esmerar-se muito; bastava cumprir o mínimo exigido pelo patrão e o contramestre. Outros objetavam, dizendo que sua honra profissional não admitia que de suas mãos saíssem objetos mediocrementemente acabados; o trabalho perfeito, diziam, proporciona uma satisfação moral.

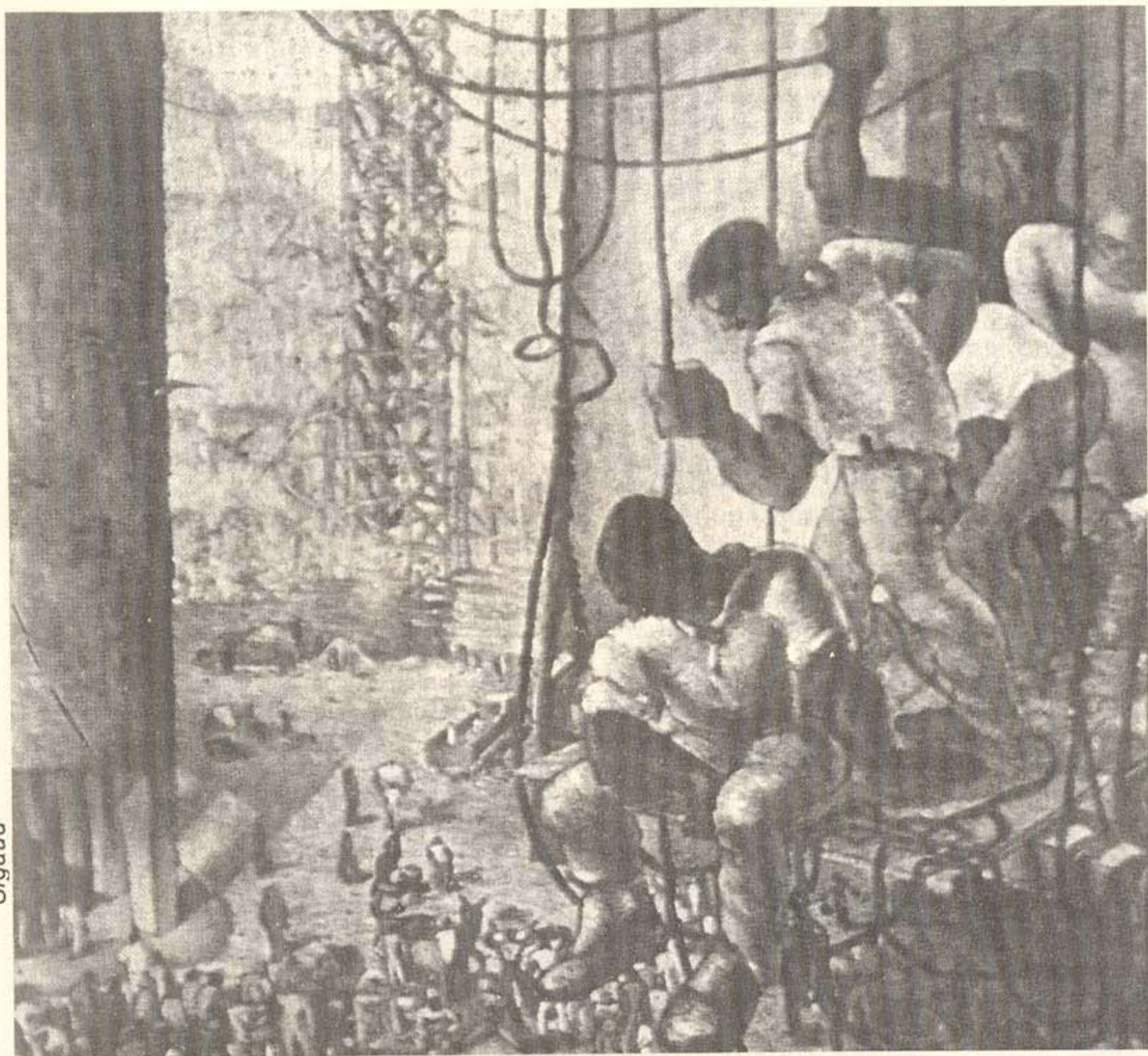
Compreende-se que aquela discussão era puramente teórica. Todos sabiam que o contramestre e o dono exigiriam um trabalho de alta qualidade e vigiariam atentamente para que assim fosse. Mas, depois da vitória da Revolução Socialista, poderia, por acaso, apresentar-se semelhante questão, mesmo que fosse somente em teoria? De modo nenhum.

Agora, a moral proletária exige categoricamente que somente se produzam artigos de alta qualidade.

É claro que no campo a assimilação da moral socialista avançava com muito maior dificuldade. E era natural. Ali, a tradição de propriedade privada tinha lançado raízes mais profundas; existiam diferenças substanciais na forma da posse e do cultivo da terra. Em algumas partes predominava a propriedade comunal; em outras, a propriedade privada, a fazenda. Os aspectos sociais e o gênero de vida de cada lugar introduziam uma diferença essencial na fisionomia moral daquelas camadas do campesinato.

E quando se colocou na ordem do dia o problema camponês básico — a coletivização — as dificuldades pareceram insuperáveis para muitos. Para o camponês não era fácil lançar-se no caminho desconhecido da economia kolkhosiana, começar pela socialização dos meios de produção. O camponês médio, para não falar no camponês pobre, possuía poucos bens: um cavalo com os arreios, instrumentos primitivos de lavoura (um arado, uma grade). Apesar disso, parecia a muitos que o que eles entregavam ao kolkhós era mais do que entregavam outros e que sua contribuição ao trabalho kolkhosiano era maior que a do vizinho. Também se deve ter em conta que em cada aldeia, por pequena que fosse, existia algum **kulak**, que, às vezes abertamente, mas com maior freqüência de forma encoberta, lutava ferozmente contra a coletivização, tentava corromper os camponeses kolkhosianos por todos os meios e caluniava os mais avançados e ativos.

Graças ao prestígio do Poder Soviético, ao prestígio de que gozavam o Partido e o camarada Stálin, o regime kolkhosiano triunfou em nosso país. O campesinato tinha certeza de que o Governo soviético e o Partido tratavam realmente de melhorar a vida dos camponeses. Os camponeses kolkhosianos aderiram ao regime socialista, transformando-se em seus ativos edificadores. Enquanto as bases da economia agrária se modificavam num sentido socialista, começaram também a modificar-se pouco a pouco a psicologia dos camponeses e sua atitude para com o Estado, a propriedade coletiva, socialista, para com o trabalho. Começaram a transformar-se as relações entre os próprios camponeses. Numa palavra, os camponeses representaram um terreno fecundo para o desenvolvimento da moral socialista.



Sigaud

O NOVO SENTIDO DO TRABALHO



Na URSS, o trabalho na cidade e no campo — desde o mais simples até o mais qualificado — adquiriu um profundo sentido, viu-se animado pela grande idéia do socialismo e se converteu no princípio fecundo que renova as pessoas e as educa no espírito da moral comunista.

“O comunismo começa quando os operários de base sentem uma preocupação — abnegada e mais forte que a dureza do trabalho — por aumentar a produtividade do trabalho, defender cada grão de trigo, de carvão, de ferro e de outros produtos que não estão destina-

dos diretamente aos que trabalham nem a seus ‘parentes’, mas a pessoas ‘estranhas’, isto é, a toda a sociedade em conjunto, a dezenas e centenas de milhões de homens, agrupados primeiro num Estado socialista e, mais tarde, numa União de Repúblicas Soviéticas”. (*)

Amplamente conhecida, esta tese leninista reflete de modo insuperável a profundíssima transformação operada na atitude dos homens em relação ao trabalho, depois da vitória do proletariado. E hoje podemos afirmar com pleno direito que, em nosso país, o trabalho socialista e a emulação socialista converteram-se em princípios inabaláveis da moral comunista, em normas de conduta do homem soviético.

(*) V. I. Lênin, “Obras Escolhidas”, t. II, pag. 619, ed. espanhola, Moscou, 1948.

A REVOLTA DOS MALÊS

Resenha preparada por Manoel Antônio Neto,
historiador, colaborador de Princípios

O conhecido sociólogo e escritor Clóvis Moura em entrevista concedida à Secretaria de Cultura da UNE e reproduzida pelo Centro de Cultura Operária da Bahia — CCO, cujo tema abordado era a “Cultura Afro-Brasileira”, afirmou que em nosso país “existe uma história que não é contada, e nela estão os heróis que temos de mostrar que existem”. Acrescentou que “tínhamos necessidade de rever essa história e recolocar no seu devido lugar os heróis da plebe”.

Em 24 de janeiro de 1835 irrompia em Salvador, uma insurreição armada, que passaria à história como **Revolta dos Malês** ou a **Grande Insurreição**. Esta revolta faz parte de um grande ciclo de rebeliões ocorridas na Bahia desde o início do século XIX, e que se estenderia até o ano de 1844. Estas insurreições, to-

das elas levadas a efeito por negros inconformados com o cativeiro, estão povoadas desses “heróis da plebe” e fazem parte de nossa história que precisa ser revista, ou mesmo, resgatada do proposital e determinado obscurantismo a que foi relegada.

Considerada a última grande revolta de escravos da capital baiana, a **Revolta dos Malês** que ora completa 150 anos, merece ser lembrada e contada a todos aqueles que se interessam pela verdadeira face da história do Brasil.

A Bahia do século XIX era uma província que tinha sua economia baseada na exportação de produtos agrícolas, especialmente o açúcar. Por outro lado, a carestia de vida era assustadora, havendo a falta de víveres no mercado, tendo os mesmos, em consequência,



Angelo Agostini

preços elevadíssimos. A produção voltada essencialmente para o mercado exterior, era diretamente responsável por tal estado de coisas. Um economista da época, citado por Clóvis Moura em **REBELIÕES DA SENZALA**, diria que “os donos da terra não queriam perder os preciosos torrões de massapê com a mesquinha plantação de mandioca”.

Em que pese a triste e penosa situação dos pequenos e médios produtores e da população em geral, o açúcar — gênero que ocupava a primeira colocação no conjunto da economia, atingiu em 1817 a 1.200 arrobas na produção de 511 engenhos. Vale ressaltar que toda esta produção era baseada no trabalho escravo. Era forte a presença dos escravos no conjunto da população; de 858.000 habitantes, havia 524.000 escravos, excluídos os índios e os negros forros, que viviam como se fossem cativos.

Diante de tal quadro de miséria e opressão, não se podia estranhar que as autoridades do regime concentrassem na Bahia forte contingente policial-militar, contando com um total de 23.070 homens, sendo que 2.169 pertenciam à infantaria, 747 à artilharia, 222 à cavalaria e 19.932 compunham a milícia (tropa auxiliar). Toda essa força estava agudamente voltada contra “os escravos dos engenhos, das plantações e das cidades”.

O PAPEL DA IMPRENSA



A influência desta sufocante realidade transportou-se para a vida política da Bahia, surgindo então “clubes secretos, lojas maçônicas, grupos intelectuais que, na Faculdade de Medicina, no Liceu Provincial e em

outros locais discutiam as idéias avançadas da época e pregavam a República, o Federalismo, e algumas vezes o separatismo, como no episódio da Sabinada em 1837”. No seio desta crescente agitação político-social, a imprensa baiana do período reclamava e denunciava a situação, exigindo providências do governo. De 1831 a 1837, circulavam na Bahia, nada menos de sessenta jornais. Alguns jornalistas de talento e coragem se destacavam, como Cipriano Barata, Antônio Pereira Rebouças, Inácio Acioly e outros, que em seus jornais “agitavam os problemas de seu tempo com destemor”. Marcam posições nessa época o **Sentinela da Liberdade**, de Cipriano Barata, o

Diário da Bahia, de Gonçalves Martins e a **Marmota**, de Próspero Diniz, cujo lema era “sou pequenininha porém sou forte, digo a verdade e não temo a morte”.

O desassombro e a intrepidez dos jornalistas baianos vai custar-lhes bastante caro. Assim é que Guedes Cabral cumpriu sentença na fortaleza do Barbalho, pelos seus artigos contra os senhores de escravos. Fortunato Freitas, outro combativo jornalista, foi demitido de seu emprego e posteriormente sofreu agressão e Domingos de Faria Machado apareceu morto, súbita e misteriosamente. Paralelamente a esse jornalismo participante e destemido, surge também uma literatura popular e combativa, “até hoje pouco estudada”, mas que influi nos acontecimentos. Neste particular, sobressai-se a poesia, satírica e “conscientemente política”. Dentre os poetas que se utilizavam destes gêneros, emerge a figura de João Nepomuceno da Silva, popularmente conhecido como o “Poeta Graxeiro”.

O povo padecia enormemente. No entanto, a província exportaria 17.142.260 kgs de açúcar e 26.400.880 kgs de fumo. Mas a riqueza continuaria ilhada na mão da maioria detentora dos setores básicos da economia, enquanto o povo continuaria sofrendo e vivendo em precária e calamitosa situação.

Perdurava na Bahia esse quadro e também agravava-se a crise geral do país, criando-se dessa maneira uma conjuntura desfavorável ao governo imperial. Os farrapos levantam-se no Rio Grande do Sul, em Pernambuco, os escravos insubordinam-se nas fazendas, justificando feitores. No Pará, em 1883, os cabanos revoltam-se contra a prepotência dos governantes. Tais lutas ganhariam tamanha força e ascensão, que o governo imperial, avaliando o risco do “aumento ininterrupto do número de escravos”, proibiu em 1850, definitivamente, a entrada de africanos no país, extinguindo o tráfico.

SUCESSIVAS REVOLTAS



Dentro desse perturbador quadro político, social e econômico é que “o capítulo das revoltas de escravos da capital baiana abrange quase toda a primeira metade do século XIX e marca de maneira funda esse período da história da província”. Essa rica cronologia de lutas dos cativos baianos teve início em 1807 e se estende por vários anos.

Antes de descrevermos os acontecimentos de janeiro de 1835, mostraremos sucintamente e por ordem cronológica algumas das insurreições negras ocorridas na Bahia.

1) **1807-1813** — Esse primeiro ciclo inicia-se com a revolta dos Aussás que terá a direção de escravos maometanos. Sofrendo um revés inicial, os rebeldes “recomeçaram a organização de outro movimento, que ainda será dirigido pelos escravos Aussás”, agora já associados aos Nagôs. Prosseguem a luta e em 1808 voltam a levantar-se. A 4 de janeiro de 1809, “iniciam juntos a ação com grande violência, atacando indistintamente a todos”. Nesse período da luta contra o cativo os negros estruturam uma associação secreta — Ogboni — que tem como finalidade aliciar escravos para a luta.

Na madrugada de 28 de fevereiro de 1813, cerca de 600 escravos de algumas armações levantaram-se e marcharam para ocupar a capital. Promoveram ataques contra senzalas, liquidaram a família de um feitor e mataram-no, seguindo para Itapoan, onde obtiveram outras adesões.

2) **Revolta de Cachoeira** — 1814 — Rebelião eclode na cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano.

3) **Revolta a Bordo** — 1823 — Durante a viagem para o Brasil, ocorriam amotinamentos de escravos inconformados com as precárias condições de sobrevivência a bordo. Em 1823 “os escravos de um tumbeiro que se dirigia provavelmente à Bahia, amotinaram-se e mataram inúmeros tripulantes do barco”.

4) **Insurreição de 1830** — Esta insurreição iniciou-se a 10 de abril de 1830, tendo sido o primeiro ataque, desferido contra uma loja localizada na ladeira da Fonte das Pedras. Esse motim ganharia proporções consideráveis e merece um estudo mais apurado. Em 10 de abril deste ano está completando 155 anos.

OS MALÊS SE LEVANTAM



Completando esse ciclo de lutas, chegamos à revolta de janeiro de 1835, a tão discutida e comentada **Revolta dos Malês**, movimento de considerável força organizativa e exemplo vivo de inconformismo e da cora-

gem dos negros cativos, que submetidos a um regime de refinada crueldade e altamente repressivo, souberam buscar tenazmente o caminho da liberdade.

A revolta de 1835, a última grande revolta

de escravos da capital baiana, “foi a que teve maior ressonância histórica”. Esta afirmação de Clóvis Moura, talvez possa estabelecer uma maior clareza para o variado acervo de interpretações que, partindo de Nina Rodrigues em sua obra **Os Africanos no Brasil**, procura atribuir à grande insurreição uma feição apenas religiosa, despojando-a de seu caráter revolucionário. É inegável que os escravos já demonstravam possuir “um certo nível organizativo”. Comprova esta capacidade organizativa, a afirmação de Manoel Alves Branco, Ministro da Justiça da época, que em seu relatório afirma ter sido esta rebelião “a dirigida com mais habilidade e plano regular”.

Os negros Malês eram seguidores da religião islâmica. Segundo Waldemar Valente em seu livro **Sincretismo Religioso Afro-Brasileiro**, “costumavam os malês pendurar ao pescoço um pequeno saco contendo pedaços de papel nos quais se encontravam trechos do Corão. Tinha força de proteger contra as más influências”.

No período organizativo da insurreição as lideranças rebeldes procuraram estabelecer contatos e aliciamentos, ligando-se às diversas “nações” como Iabus, Beninis, Minas, Geges, Mundubis, Tapas, Bornus, Baribas, Grumas, Calabares, Camarões, Congos e Cabindas. As reuniões se realizavam em diversos locais de Salvador. “Além das organizações existentes, constituídas de grupos de escravos que se reuniam regular e secretamente em vários pontos da cidade de Salvador, os escravos criaram um clube que funcionava na Barra (Vitória). Localizava-se o Clube nos fundos da casa de um inglês chamado Abraão, tendo considerável importância para as medidas organizacionais do movimento. Era uma casa de palha construída pelos próprios escravos. Neste local havia reuniões, onde tomavam parte como principais dirigentes, os pretos Nagôs, Diogo, Ramil, James, Cornélio e Tomás”. Este último “ensinava os demais a escrever (corretamente em caracteres arábicos).

O PROCESSO CONSPIRATIVO



Sabe-se que este clube era apenas um dos diversos lugares onde se realizavam reuniões conspirativas. Outro lugar importante de reunião era a casa do preto liberto Belchior da Silva Cunha, onde se encontravam os elementos mais importantes, para discutirem os detalhes mais essenciais do Plano. Segundo

depoimento da escrava Tereza, “os escravos que se reuniam nesse local, recebiam a visita amiúde de um mestre que é escravo de um homem que faz fumo”. Os encontros na casa de Belchior ocorriam “umas vezes de dia e outras à noite”. Sabe-se que neste local reuniam-se os principais líderes do levante, traçando planos e discutindo com elementos do Recôncavo, de outras partes da cidade e possivelmente com quilombolas. No depoimento da preta Tereza às autoridades, ela revela os nomes de alguns desses líderes: Ivã, Mamolin, Ojou e outros.

Ainda como centro de preparação conspirativa, serviu a casa de Pacífico Licutan, “que no cruzeiro de São Francisco pregava abertamente aos demais escravos a necessidade da insurreição”. Esse negro — um dos mais influentes dentre os líderes da revolta — sabia ler e escrever, ensinando aos demais os mistérios e rezas malês. Pacífico Licutan, embora tenha desempenhado papel relevante na preparação da revolta, dela não participou, por estar preso sob penhora, por dívida do seu senhor com os frades carmelitas. Durante a rebelião, os escravos sublevados tentaram libertá-lo, sem o conseguir.

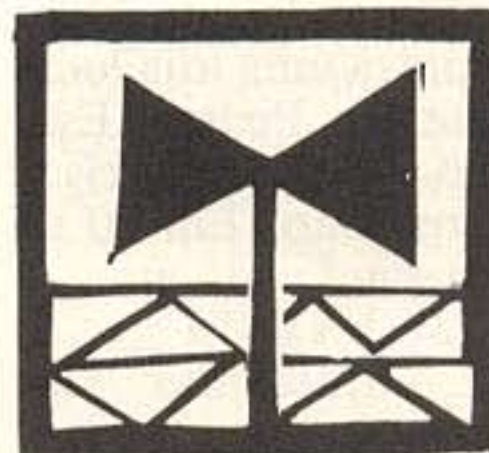
Outra destacada figura do movimento foi o negro Manuel Calafate. Na loja porão do segundo prédio da ladeira da praça, onde morava, reuniam-se conspirando. De lá partiram os primeiros tiros da insurreição, depois do movimento ter sido delatado. Aparecem ainda as figuras dos escravos Conrado, Aprígio e Elesbão Dandara, que morava no Gravatá. Mas, para melhor desenvolver o seu trabalho conspirativo, alugou uma tenda no Beco dos Tanoeiros, onde difundia rezas muçulmanas.

Os insurretos reuniam-se ainda na Porta do Convento das Mercês, sob a direção de Agostinho e Francisco (escravos do convento). Atrás da rua do Juliano, na casa de um preto chamado Luís; na casa do preto Ambrósio, de Nação Nagô, residente no Taboão, onde a polícia, depois do movimento, encontrou papéis com escritos em caracteres arábicos. Também a casa do crioulo José Saraiva e da Preta Engracia, servia como local de ajuntamento dos revoltosos. Na residência de um inglês chamado Malror Russel “foram apreendidos vários objetos”. Aliás, a participação de vários escravos de ingleses no levante, despertou na polícia a suspeita de cumplicidade dos mesmos na revolta.

Vale ressaltar ainda, dentro do Plano Organizativo do Levante um dado de grande im-

portância: “os escravos não desprezaram o problema financeiro e criaram um fundo para as despesas do movimento”. A idéia foi de Luís Sanim, e ao que tudo indica executada por Belchior e Gaspar. Do ponto de vista organizativo podemos chegar à seguinte conclusão: “dois grupos principais orientavam e dirigiam o movimento — o primeiro era o que se reunia na cidade, com ramificações em diversos lugares — Ladeira da Praça, Guadalupe, Convento das Mercês, Largo da Vitória, Cruzeiro de São Francisco, Beco do Grelo, Beco dos Tanoeiros etc. — dirigidos por Dandara, Licutan, Sanim, Belchior, Calafate e outros — e o segundo formado por escravos pertencentes ao Clube da Barra, sob a direção de Jamil, Diogo, James, Tomás etc., certamente com ligações com outros grupos...”. Esses dois grupos principais mantinham-se em constante contato, sendo que o escravo João, em depoimento aos policiais “afirma que o negro de nome Sule (amásio de Guilhermina, delatora da revolta e que pertencia ao Grupo de Belchior) reunia-se também no Clube da Barra”. Por outro lado, esta rede organizativa estendia seus contatos aos escravos do Recôncavo Baiano, sendo que negros de Santo Amaro e Itaparica vinham reunir-se aos da cidade de Salvador, para discutirem detalhes do movimento. Inclusive destas conversas e através de saveiros é que a preta escrava Guilhermina “conseguirá a pista e denunciará a insurreição”.

AS TÁTICAS MILITARES



O plano militar elaborado com detalhes e com antecedência e tendo suas conclusões “distribuídas entre os principais responsáveis”, seria, resumidamente este: “partiria o grupo da Vitória comandado pelos chefes daquele clube, tomando a terra e matando toda a gente da terra de branco, rumando para a Água de Meninos, e, em seguida, marchariam para o Cabrito atrás de Itapagipe, onde se reuniriam aos escravos de engenhos e quilombolas”. Essas instruções foram transmitidas aos líderes negros “com a assinatura de um que se intitulava Mala Abubaker”.

Destituídos do fator surpresa em virtude da delação cometida pela negra Guilhermina, que, “inteirada através de conversa de conspiradores, entre os quais o próprio amásio,

apressou-se em denunciar o plano às autoridades”. Segundo Clóvis Moura, “a cidade ficou em pé de guerra. O chefe de polícia partiu imediatamente para o Bonfim, a fim de evitar a junção dos insurretos com os dos engenhos próximos e os quilombolas”. A unidade dos escravos urbanos com os dos engenhos e quilombolas sempre apavorou as autoridades da época.

Impelidos pelas circunstâncias, os revoltosos, “lançaram-se à carga de qualquer maneira: as batidas já haviam começado em suas casas. No dia 24 de janeiro estourou o movimento armado”.

Os primeiros tiros partiram da casa de Manuel Calafate, onde os revoltosos atacados, revidaram e passaram à ofensiva dirigindo-se então para a Rua da Ajuda “onde tentaram arrombar a cadeia a fim de libertar Pacífico Licutan”, não conseguindo lograr êxito. O grupo marcha para o Largo do Teatro, onde trava combate com a polícia derrotando-a pela segunda vez. Essa vitória tinha aberto “o caminho para atingirem o Forte de São Pedro. No entanto, com as forças que disputavam era impossível tomar o Forte de artilharia”. Buscam, então, outras alternativas. “Os escravos vindos do Largo do Teatro tentaram estabelecer junção com outra coluna que vinha da Vitória, sob o comando dos dirigentes do Clube da Barra. Esses, por sua vez, já haviam conseguido unir-se ao grupo do Convento das Mercês. Os escravos da Vitória operaram a junção planejada, abriram caminho para a Mouraria onde travaram combate com a polícia, sendo que neste combate perderam dois homens. Rumam então para a Ajuda; daí estabelecem uma mudança de rumo na sua marcha: desceram para a Baixa dos Sapateiros, seguindo pelos Coqueiros. Saíram na Água de Meninos, na Cidade Baixa, onde travaram o combate definitivo com a polícia, de grandes proporções”.

A BRUTAL REPRESSÃO



Este combate, a 25 de janeiro de 1835, revestiu-se de uma violência brutal. Os escravos se dirigem em grande número para o ataque durante a madrugada. “Investiram sobre o Forte (de cavalaria) com um heroísmo reconhecido pelos próprios adversários. A

cavalaria carrega contra os escravos que caem, varados também por uma força de infantaria postada nas ameias do Forte. Verdadeira carnificina. Perderam a vida cerca de quarenta escravos. Inúmeros foram feridos e outros morreram afogados ao tentarem a fuga lançando-se ao mar próximo. Estava praticamente sufocada a Grande Revolta de escravos da capital baiana”.

Depois da derrota inicia-se feroz e brutal repressão. O chefe de polícia, Francisco Gonçalves Martins, “ordenara uma devassa completa em todas as casas e lojas pertencentes a pretos africanos, dando rigorosa busca para a descoberta de homens. A cidade ficou sendo patrulhada dia e noite. Os escravos só podiam sair à rua com ordem escrita de seus senhores, dizendo para onde iam. Diz ainda a portaria do chefe de polícia: “nas noites de hoje em diante, deverão haver patrulhas de cidadãos e grande vigilância das autoridades policiais”.

Esmagada a revolta, os seus líderes se portaram dignamente. “Pacífico Licutan já se encontrava preso. Houve aqueles que se destacaram nas lutas de rua: Higino, Cornélio, Tomás e muitos outros. Os principais dirigentes do Clube da Barra foram quase todos detidos”. Luísa Main, negra livre, mãe de Luís Gama, participou do movimento. Foram indiciados como cabeças dos escravos revoltosos do Clube da Barra, os escravos: Diogo, Ramil, João e Carlos. Também Luís Gama foi preso. Foram quase todos julgados e condenados.

Dos principais líderes, Elesbão Dandara, segundo Nina Rodrigues, endossado por Édson Carneiro, teria morrido em combate. “Manuel Calafate, ao que parece, nada sofreu. O mestre Luís Gama foi condenado à morte, mas teve a pena atenuada para seiscentos açoites. Pacífico Licutan, apesar de preso no transcorrer da revolta, foi condenado a seiscentos açoites também. Os líderes do Clube da Barra foram rigorosamente punidos: Antônio, escravo aussá, foi condenado a quinhentos açoites; Higino a quatrocentos; Tomé a quinhentos; Luís foi castigado com duzentos açoites e Tomás, o mestre que ensinava a ler, a trezentos açoites em praça pública”.

Houve ainda os que foram penalizados com a morte: “Cinco foram os que pagaram com a vida, por não querer viver no cativeiro. No dia 14 de maio de 1835 eram fuzilados. Foram eles: os libertos Jorge da Cunha Barbosa e José Francisco Gonçalves e os escravos Gonça-

lo, Joaquim e Pedro. Condenados à forca, não encontrou o governo carrascos que os executassem. Tiveram que ser fuzilados com as honras dos soldados”.

LIÇÃO DE CORAGEM



É verdadeiramente magnífico o comportamento dos escravos diante de seus acusadores. “Quase ninguém se acovarda, delata, acusa. Negam conhecer seus companheiros de insurreição. O nagô Joaquim diz

desconhecer até seu companheiro de residência. O nagô Henrique, gravemente ferido e já sentindo os sintomas do tétano que o mataria horas depois, impossibilitado de sentar-se, já preso às convulsões, declarou que não conhecia os negros que o convidaram a tomar parte na insurreição e que mais não dizia por não ser gente de dizer duas coisas. O que disse está dito até morrer”.

Do lado repressor as baixas foram consideravelmente menores. Registra-se a morte de um soldado de artilharia e de um sargento chamado Tito Joaquim da Silva Machado. Alguns civis foram também feridos.

Da gloriosa insurreição de 1835 todos os patriotas verdadeiramente comprometidos com a luta do povo brasileiro rumo à sua libertação podem tirar lições várias e valiosas. É verdade que os revoltosos não possuíam um programa político, o que é perfeitamente compreensível, dadas as condições em que se encontravam. Mas possuíam uma força poderosa capaz de uni-los e mobilizá-los. Esta força era o desejo unificador pela conquista da liberdade.

Tiraram de todas as lutas passadas na província (1807, 1813, 1830) o máximo de ensinamentos.

Em seu recente estudo **Brasil: as raízes do protesto negro**, o já citado sociólogo Clóvis Moura afirma sobre o negro que “a sua reumatização só era encontrada e conseguida pela rebeldia, na sua negação como escravo”.

Espelhados nesta colocação do estudioso é que podemos chegar à conclusão de que não só o negro brasileiro de hoje, mas o conjunto das forças democráticas e populares só reen-

contrarão sua identidade cultural e só resgatarão a sua independência na derrocada das forças reacionárias e na caminhada firme em busca de uma vida digna e respeitável.

BIBLIOGRAFIA

Moura, Clóvis — Os Quilombos e as rebeliões negras — 2.^a edição — Brasiliense

Moura, Clóvis — Rebeliões da Senzala — 3.^a edição — Liv. Ed. Ciências Humanas

Moura, Clóvis — Brasil: as raízes do protesto negro — Global Editora — 1.^a edição

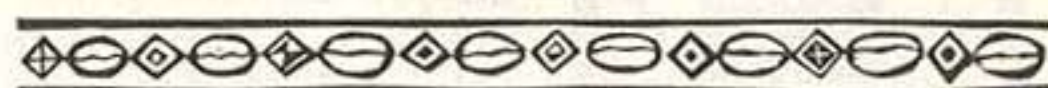
Rodrigues, Nina — Os africanos no Brasil

Carneiro, Edison — Religiões negras — negros bantos — Civ. Brasileira — 2.^a edição

Goulart, Alípio — Da fuga ao suicídio — Aspectos da rebeldia dos escravos no Brasil — MEC

Valente, Waldemar — Sincretismo religioso-afro-brasileiro — 2.^a edição — Cia. Editora Nacional

A Nação Afro-brasileira (entrevista de Clóvis Moura à Secretaria de Cultura da UNE, transcrita pelo Centro de Cultura Operária da Bahia)



Rubens Grilo, publicado em “Retrato do Brasil”, n.º 10

PAUL ELUARD *

SOBRE A POESIA DE CIRCUNSTÂNCIAS

Resumo de artigo publicado na revista "Cadernos de Cultura", edição argentina, fevereiro de 1953

Se há um tema que preocupa os poetas de nosso tempo é o da poesia de circunstâncias. A bem da verdade, faz mais do que preocupá-los: exaspera-os e subleva-os. Muitos poetastros e ritmadores prosaicos a praticaram e assim a poesia eterna, o fundo mais constante do homem, parece às vezes ameaçada. Não queremos descuidar esta ameaça, não queremos ignorar a imitação, a burla da poesia, nem subestimar seu perigo. E devemos a nós próprios a defesa da poesia verdadeira, a verdadeira poesia de circunstâncias.

Quisera, mas cedi ao atrativo de um título mais simples que nomeia a coisa sem revelar sua ressonância, intitular estas reflexões assim: "Da poesia de circunstâncias à poesia eterna". Mas não há duas classes de poesia, e todos os adjetivos que se podem unir à poesia para defini-la: lírica, épica, heróica, didática, dramática, rítmica, livre ou ligeira, não impedem que se ouça em primeiro lugar a palavra poesia, quer dizer, a palavra canto. A poesia é a linguagem que canta. Se perguntássemos a dez pessoas das ruas de nossas cidades, mal instruídas e sábias, o que é um poeta, responderiam: "É alguém que faz versos". Não fiz a prova, mas estou seguro. Enquanto que, na Grécia, por exemplo, fui apresentado como poeta a camponeses analfabetos e todos respondiam: "Ah, sim, um cantor". Pois desde os mais antigos tempos, a poesia é a linguagem que canta; e eu penso que isto não mudará jamais.

O dicionário nos diz que circunstância é um lugar comum que se refere a pessoa, coisa, lugar, meios, motivos, maneira e tempo. A crítica dos homens e de suas obras deve, pois, considerar primeiro todas as condições de pessoa, coisa, lugar, meios, motivos, maneira e tempo. Julgará assim em que medida um homem foi movido pelas circunstâncias e em que medida essas circunstâncias o elevaram ou rebaixaram. Um homem normal se identifica não só com os seres que tem próximos, mas também com os que não conhece, com os acontecimentos que atuam sobre eles, e com os acontecimentos que eles provocam. E o poeta arde por reproduzir a vida.

* Paul Eluard (1894/1952) — Poeta e militante comunista francês.

LIBERDADE

• Poema de Paul Eluard, escrito e publicado clandestinamente, em plena ocupação nazista. Era o grande brado do Poeta, identificando com as dores e os anseios do povo e da Pátria.



Picasso

*Nos meus cadernos de escola
Nas carteiras e nas árvores
Nas areias e na neve
Escrevo teu nome*

*Em toda página lida
Em toda página em branco
Pedra, papel, sangue ou
cinza
Escrevo teu nome*

*Em toda imagem doirada
E nas armas dos guerreiros
Ou nas coroas dos reis
Escrevo teu nome*

*Na floresta e no deserto
Nos ninhos e nas giestas
Nos ecos de minha infância
Escrevo teu nome*

*Nas maravilhas da noite
No pão branco da manhã
Nas estações em noivado
Escrevo teu nome*

*Em todo farrapo azul
No tanque de água mofado
No lago de lua viva
Escrevo teu nome*

*Nos campos e no horizonte
Nas asas dos passarinhos
E nos moinhos de sombra
Escrevo teu nome*

*Em todo sopro da aurora
No mar e em cada navio
Na montanha adormecida
Escrevo teu nome*

*Nas espumas e nas nuvens
Nos suores da tormenta
Na chuva densa e enfadonha
Escrevo teu nome*

“O mundo — disse Goethe — (1) é tão grande, tão rico, e a vida oferece um espetáculo tão diverso que nunca faltarão temas de poesia. Mas é necessário que seja sempre poesia de circunstâncias, dito de outra maneira, é preciso que a realidade brinde a ocasião e a matéria. Um caso singular se converte em geral e poético precisamente pelo fato de que o trata o poeta. Meus poemas são todos poemas de circunstâncias. Inspiram-se na realidade, sobre ela se fundam e repousam. Nada tenho que fazer com poemas que não se baseiam em nada. Não se diga que a realidade carece de interesse poético; um poeta triunfou na prova precisamente quando seu espírito sabe descobrir em um tema trivial algum aspecto interessante. A realidade deve brindar o motivo, o ponto de partida, o núcleo propriamente dito; mas é tarefa do poeta formar com isso um todo que seja belo, animado”.

Todo poema, podemos dizer com Goethe, é de circunstâncias. Mas, tanto se se entende esta palavra no sentido mais amplo como no mais estrito empregado comumente, o poema só existirá, só alcançará seu objetivo se escapa à mediocridade. E mais ainda no segundo caso do que no primeiro. Estamos dispostos a perdoar a um poeta de gênio suas contradições, suas imprecações, seus excessos; em contrapartida, dificilmente absolvemos a um medíocre, apesar de seus bons sentimentos. Isto porque, por um lado, geralmente foram pesadas as razões, as circunstâncias que levaram o verdadeiro poeta a contradizer o bem, e, por outro lado, a linguagem do medíocre, linguagem gratuita, é imprestável. Antes de tudo o leitor ideal não quer que o enganem. Desconfia, sabe que a consciência no mal é muitas vezes menos perigosa que a inconsciência no bem. Está em guarda contra a hipocrisia. Sabe até que ponto de degradação a facilidade e a covardia podem conduzir um incapaz.

A poesia verdadeira deve expressar o mundo real, mas também nosso mundo interior e esse mundo transformado que temos sonhado, esta verdade que está em nós se nossos olhos se abrem realmente. Se o mundo real não embebeu a cabeça do poeta, este nunca poderá restituir ao mundo senão abstração e confusão, sonhos informes e crenças absurdas. Sua realidade poética pessoal não resistirá diante da realidade poética do mundo, Não estará no mundo, pois não terá levado o peso do homem, seu próprio peso, o peso do homem no mundo e do mundo no homem. Não se terá realizado nele o trabalho da reflexão. Falará como um fantasma. É fácil ser um fantasma para si mesmo e para os demais. É tão fácil obedecer à fadiga, à pena, à ociosidade, mais fácil romper aparentemente com o mundo concreto do que com as ve-

(1) J.W. GOETHE (1749-1832) — Poeta alemão, autor de Fausto, obra-prima da poesia e da dramaturgia universal.

lhas brumas da preguiça, da miséria e da morte, mais fácil suicidar-se que viver, sobretudo por dever. Para obter a soma do que existe no mundo, é preciso ter a coragem de acrescentar objetos e sentimentos, amor e ódio, cores e formas, épocas e climas. O poeta unirá sua sensibilidade, seu julgamento, sua imaginação a esse mundo real que deve superar e transformar. Fa-lo-á com paixão, e se se lança de corpo inteiro a isso, sairá vencedor das inevitáveis lutas entre o bem e o mal, entre juventude e decadência, entre o ódio armado e o amor que se reproduz.

Trata-se de emergir, com as multidões imemoriais e as multidões futuras, do barro fétido da opressão do homem pelo homem, do poeta pelo filisteu, do mártir pelo verdugo.

É preciso que o pensamento humano recobre a saúde, essa pedra filosofal, que recobre sua unidade, que possa aniquilar o que não é puro e simplesmente o bem, a vida, a felicidade de viver.

Sabemos que só há gênio poético na medida em que o poeta não mente. E hoje não mentir é atuar. Que a poesia seja um meio de ação, um meio de ir adiante, pois canta por todas as janelas e em todos os horizontes, canta a evidência e o exemplo contra a mentira.

Os frutos, as flores são as circunstâncias da primavera, como uma revolução pode ser a circunstância da felicidade de um povo e de todos os povos. O poema revolucionário deve buscar sua inspiração em sentimentos claros, fundados na necessidade de viver e de reproduzir a vida, em um desejo de justiça bem definido, lógico. Sem embargo, como esse sentimento se funda na solidariedade humana, pode e deve ter um conteúdo poético tão denso como o sentimento amoroso, outra expressão da luta pela vida.

É preciso que o poeta, o homem, se apodere da realidade, que a domine. Essa realidade está longe de ser ambígua. Não se mascara. Não existe anjo da realidade. Ela pode ser desgraçada e poeirenta, cruel e vã, monstruosa. Pode chamar-se idiotice, miséria, doença, guerra. O poeta não vive nas alturas, não adormece freqüentemente com doces beatices; mas uma vez que atravessou nossa angústia, não deve submeter-se a ela. Tampouco deve considerar-se que os caminhos da poesia são estreitos e suas formas imutáveis. Todo poeta valeroso tem o dever de abrir um caminho tão amplo como seja possível à exaltação humana. E para isso todas as formas são boas, sua linguagem se compõe de todas as palavras, de todas as coisas. Não há formas consagradas, como tampouco há temas nem palavras sagrados ou profanos ou vulgares.

Contra todas as filosofias errantes, começamos a compreender, com Gorki, que nada no mundo merece mais atenção que nosso amigo e inimigo, o

*Nas formas resplandescentes
Nos sinos de várias cores
Em toda verdade física
Escrevo teu nome*

*Nos caminhos acordados
E nas estradas vistosas
Ou nas praças transbordantes
Escrevo teu nome*

*Na lâmpada que se acende
Na lâmpada que se apaga
Em minhas casas reunidas
Escrevo teu nome*

*Na fruta cortada ao meio
Do meu espelho e meu quarto
No leito concha vazia
Escrevo teu nome*

*No meu cão guloso e terno
De orelhas que estão em guarda
Nas suas patas sem jeito
Escrevo teu nome*

*Na minha porta de entrada
Nos objetos familiares
Nas ondas de fogo lento
Escrevo teu nome*

homem. Uma poesia objetiva é a poesia da natureza submetida ao homem, tal como realmente é, vulnerável, perfectível, reduzida a um papel sublime de mãe e serviçal, poesia do trabalho despojado de todo egoísmo, poesia do combate pela liberdade, poesia da felicidade material igual para todos, poesia da grandeza humana que não suporta ter uma sombra. O ideal do poeta se realiza: cria para os outros e pelos outros. A palavra poeta pode ter parecido ridícula, mas agora recobra sua nobreza. É agora sinônimo de irmão. Tem o peso do pão, tem a ligeireza ardente do homem que não quer mais passar fome.

A muitos de nós só nos falta um pouco mais de consciência, consciência das possibilidades humanas e também das possibilidades da poesia. A poesia nunca inventou obstáculos para si própria, nunca se propôs fins. Só adorou os deuses à medida da imortalidade. Esta imortalidade, hoje, é concreta, pois a esperança suprema não teme mais a morte do que o combate.

Damos razão a Goethe: "Todo poema é de circunstâncias". E para desmentir os defensores de uma poesia imaterial, repitamos: para que um poema passe do particular ao geral e adquira assim um sentido válido, durável, eterno, é preciso que a circunstância concorde com os mais simples desejos do poeta, com seu coração e seu espírito, com sua razão.

Se não, a circunstância se perde no momento, no instante; só a vincula à duração o fato de ter sido, em certo tempo, mais ou menos bem cantada. Pois é preciso distinguir entre as circunstâncias. Existem circunstâncias que ficam para sempre encerradas em si mesmas, na anedota e no episódio. Mas há outras que levam o acontecimento à altura da história e da poesia.

A memória se perde, mas a consciência subsiste. Por isso não deve confundir-se poesia de circunstâncias com poesia de encomenda. A poesia de encomenda só por casualidade pode corresponder ao desejo, à convicção profunda, à sensibilidade do poeta. A verdadeira poesia de circunstância deve brotar do poeta com a precisão de um espelho fiel aos outros homens. Responde então ao que Maïakovsky chamava a "encomenda social", por oposição à encomenda casual, sem valor, não transmissível.

A circunstância exterior deve coincidir com a circunstância interior, como se o próprio poeta a houvesse produzido. Resulta então tão verdadeira como a emoção amorosa, como a flor engendrada pela primavera, como a alegria de construir para viver. O poeta segue sua idéia, mas essa idéia o leva a inscrever-se na curva do progresso humano. E pouco a pouco o mundo o substitui, o mundo canta através dele.

*Em toda carne cedida
Na frente de meus amigos
Em cada mão que se estende
Escrevo teu nome*

*Na vidraça das surpresas
E nos lábios sempre atentos
Bem acima do silêncio
Escrevo teu nome*

*Nos refúgios destruídos
Nos faróis desmoronados
Nas paredes de meu tédio
Escrevo teu nome*

*Nas ausências sem desejo
Na solidão toda nua
Nesta marcha para a morte
Escrevo teu nome*

*Na saúde que retorna
No perigo que passou
Nas esperanças sem eco
Escrevo teu nome*

*E ao poder de uma palavra
Recomeço minha vida
Nasci para conhecer-te
E chamar-te
Liberdade.*

Publicações da Editora Anita Garibaldi

**PROBLEMAS
ECONÔMICOS
DO SOCIALISMO
NA URSS**

Stálin
Cr\$ 8.000

**SOCIALISMO,
IDEAL DA CLAS-
SE OPERÁRIA,
ASPIRAÇÃO DE
TODOS OS POVOS**

João Amazonas
Cr\$ 5.000

**O
TROTSQUISMO,
CORRENTE PO-
LÍTICA CONTRA-
REVOLUCIONÁ-
RIA**

João Amazonas
Cr\$ 500

**O
REVISIONISMO
CHINÊS DE MAO
TSETUNG**

João Amazonas
Cr\$ 3.000

**ALBÂNIA,
40 ANOS
DESBRAVANDO
A HISTÓRIA**

Enver Hoxha/
Ramiz Alia
Cr\$ 5.000

**RELATÓRIO
AO OITAVO
CONGRESSO DO
PTA**

Enver Hoxha
Cr\$ 2.000

**HISTÓRIA DO
PARTIDO DO
TRABALHO DA
ALBÂNIA**

Cr\$ 15.000

**EM DEFESA DOS
DIREITOS E DA
EMANCIPAÇÃO
DA MULHER**

Luíza Moraes
Cr\$ 5.000

*Faça **JÁ** sua assinatura da **Princípios***

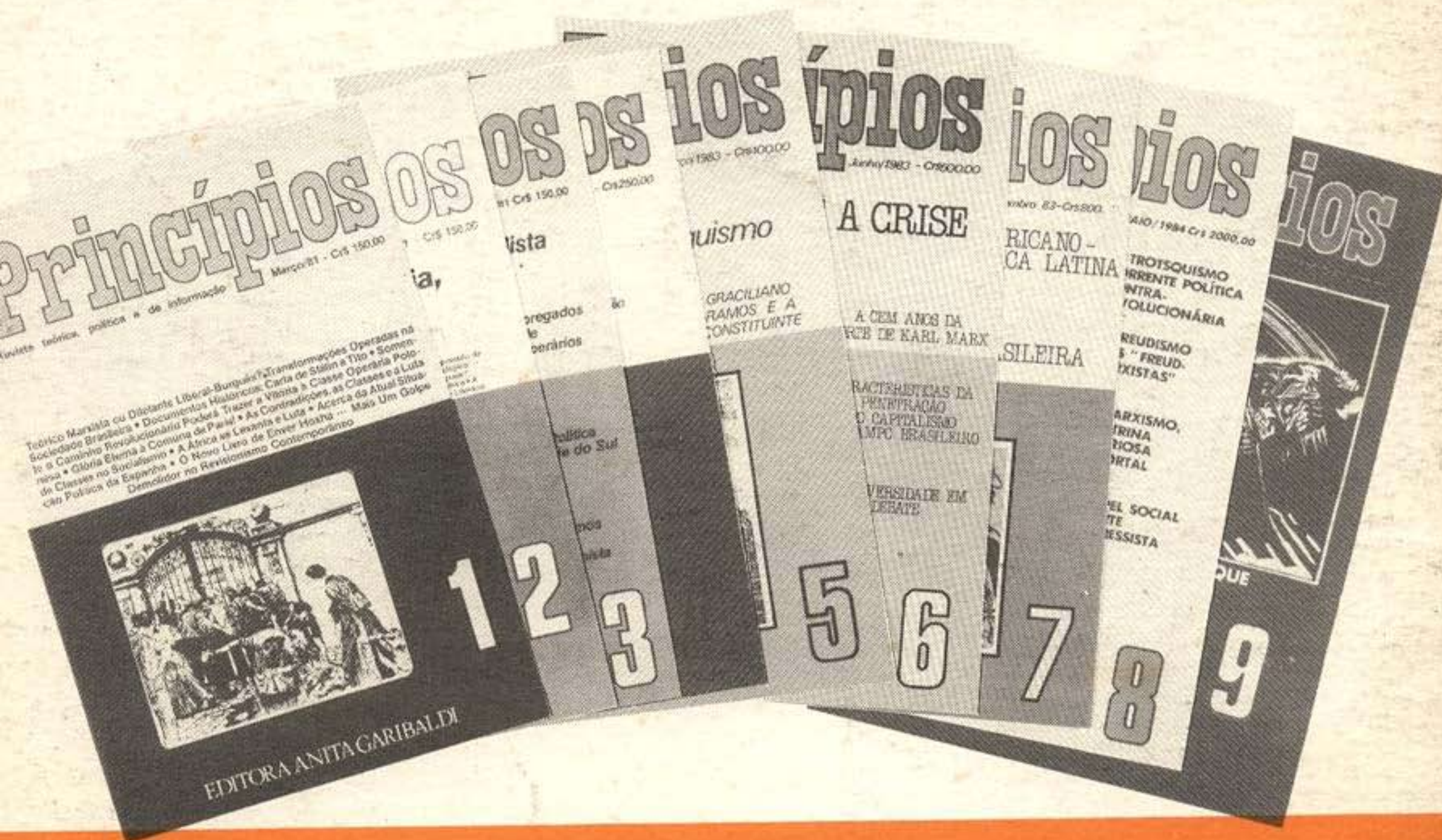
Tribuna Operária

UMA TRIBUNA A SERVIÇO
DA CLASSE OPERÁRIA,
SEU PRESENTE E SEU FUTURO.



**LEIA,
ASSINE
E
DIVULGUE**

Faça **JÁ** sua assinatura da **PRINCÍPIOS**



*Uma revista de teoria marxista, estudos políticos e informação cultural.
4 números por apenas Cr\$ 22.000*

Preencha este cupon e receba PRINCÍPIOS em casa



Nome _____

Profissão _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado _____ CEP _____ FONE: _____

Data ____ / ____ / ____

Quero receber uma assinatura da PRINCÍPIOS, com direito a 4 números. Para isso
envio cheque nominal / vale postal em nome da Editora Anita Garibaldi Ltda.

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 317, s/43, CEP 01317

São Paulo. SP.

RECORTE E ENVIE ESTE CUPON PARA O ENDEREÇO ACIMA